

SENADO

N A M Í D I A

CLIPPING

07 de Fevereiro de 2025
Sexta-feira

Informações atualizadas em: 07/02/2025, às 07:26

AL - GAZETA WEB

MG - ESTADO DE MINAS

O ESTADO DE S. PAULO ONLINE

CORREIO BRAZILIENSE

O GLOBO

O ESTADO DE S. PAULO

PR - GAZETA DO POVO

VALOR ECONÔMICO

FOLHA DE S. PAULO

MG - HOJE EM DIA ONLINE

O GLOBO ONLINE

EXPEDIENTE

Diretoria-geral
Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social
Érica Jandira Ceolim

Assessoria de Imprensa
Edna de Souza Carvalho
Luís Carlos Alencar Fonteles

Sugestões, críticas e solicitações senadonamidia@senado.leg.br

Contato:

Circe Cunha de Andrade – Ramal 1252

Pesquise no HISTÓRICO DE NOTÍCIAS

<https://www12.senado.leg.br/senado-na-midia>

Para acesso às matérias cadastradas entre dezembro de 1999 e março de 2015 ligue para o ramal 1252

SUMÁRIO

AL - GAZETA WEB

POLÍTICA

"Fico feliz com especulações, mas não houve convite para Ministério"..... 1

MG - ESTADO DE MINAS

MANCHETE

DUPLICAÇÃO DA BR-381, FINALMENTE, SAI DO PAPEL 2

COLUNA

MARCÍLIO DE MORAES - BRASIL EM FOCO 3

POLÍTICA

SILVEIRA: LULA QUER ELEGER FUTURO GOVERNADOR DE MG 4

O ESTADO DE S. PAULO ONLINE

POLÍTICA

CPIs sobre PCC, Comando Vermelho e milícias avançam no Senado e na Câmara 6

CORREIO BRAZILIENSE

ARTIGOS

JOSÉ PASTORE - Desafios para o Congresso na área trabalhista 8

COLUNAS

BETO SEABRA - Crônica 9

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO) - Brasília-DF 10

ECONOMIA

A compensação virá dos mais ricos 11

Alívio no câmbio e na Bolsa 13

POLÍTICA

LULA SUGERE BOICOTE A alimentos; oposição ataca 14

Avança PEC para instituir o semipresidencialismo 16

Em evento no Rio, críticas a Castro 17

O GLOBO

POLÍTICA

Reeleição na Alerj anima Bacellar, mas Pampolha é obstáculo para 2026 19

Castro evita palanque com Paes e petistas em reabertura de hospital 20

Por aprovação, governo aposta em viagens para inaugurações 22

O ESTADO DE S. PAULO

MANCHETES

CONTRA A INFLAÇÃO, LULA PEDE BOICOTE A ALIMENTOS CAROS 25

ARTIGOS

ANTONIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA - Uma PEC e suas nefandas consequências 27

COLUNAS

CELSO MING - A economia e o estrago eleitoral 28

ROSEANN KENNEDY - Coluna do Estadão 29

ECONOMIA

Pé-de-Meia pode entrar na pauta na próxima semana 31

EDITORIAIS

Câmara 'virtual' apequena democracia 31

POLÍTICA	
Oposição cobra transparência sobre gastos de Janja	32
Presidente defende regulação de 'imprensa digital'; Secom corrige	33
Câmara tem mais uma proposta que pode favorecer ex-presidente	34
PEC do Semipresidencialismo é protocolada	34
Bolsonaro se reúne com o autor de projeto que afrouxa a Ficha Limpa	34
PR - GAZETA DO POVO	
COLUNAS	
RODRIGO CONSTANTINO - Lula humilha os pobres	36
REPÚBLICA	
Marina nega influência em decisão sobre Margem Equatorial	37
Senador protocola pedido de criação da CPI do crime organizado	39
Centrão e oposição se unem para mudar regra da inelegibilidade que pode beneficiar Bolsonaro ..	40
VALOR ECONÔMICO	
MANCHETE	
GOVERNO AVALIA RETOMAR MEDIDAS DE AJUSTE PARA EVITAR CONTINGENCIAMENTO	43
POLÍTICA	
A pedido de Múcio, governo deve dar apoio à tramitação da PEC dos militares	46
FOLHA DE S. PAULO	
COLUNAS	
FÁBIO ZANINI - Painei.	48
MG - HOJE EM DIA ONLINE	
GERAL	
CPI do Crime Organizado: requerimento já tem 27 assinaturas no Senado	49
O GLOBO ONLINE	
ECONOMIA	
Marina nega influência em decisão sobre Margem Equatorial após Lula dizer que governo 'quer	50
POLÍTICA	
Mudança na Lei da Ficha Limpa: entenda o que diz o projeto de deputado bolsonarista que	52
Reeleição na Alerj anima Bacellar para disputa do governo do estado em 2026, mas Pampolha é	54
Entrevista: 'Não adianta Lula fazer como Bolsonaro e ficar o tempo todo falando para uma bolha',	56

“Fico feliz com especulações, mas não houve convite para Ministério”.

07/02/2025 às 1:19
Edivaldo Júnior

Líder do MDB na Câmara dos Deputados, Isnaldo Bulhões Jr surge como um dos possíveis nomes para ocupar o Ministério das Relações Institucionais numa eventual reforma administrativa do governo do presidente Lula. Até o momento, garante o parlamentar, não houve convite.

As especulações, acredita, refletem o cenário pós eleição das mesas diretoras do Congresso Nacional – Senado e Câmara dos Deputados - realizadas em primeiro de fevereiro deste ano. “Fico feliz de ser lembrado com tanta intensidade, o que prova que tenho construído uma boa relação lá na Casa (Congresso), mas não houve efetivamente nenhuma manifestação do governo, nem sinalização ou convite. Falei com presidente estes dias, mas não tocamos no assunto”, aponta.

Para Bulhões, as conjecturas em torno do seu nome para o Ministério reflete a boa relação com os novos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre. “Acho que as especulações partiram mais do resultado da eleição do Congresso, pela minha relação de amizade fraterna com o presidente Hugo, bem como com o presidente Davi, além da relação ali no colegiado do Congresso Nacional, de deputados e senadores, mas não houve nada”, diz

Sobre uma eventual indicação ou convite, Bulhões que está muito tranquilo: “ninguém é candidato a ministro”, afirma acrescentando que “eu acho, que existem duas lógicas de possíveis reformas, um é o balanceamento da coalizão, dos partidos que estão na base do governo e ocupam cargos estratégicos importantes. A outra é uma possível reforma interna no palácio, essa é mais pessoal do presidente”, aponta.

No caso da reforma interna, o líder do MDB avalia que o governo poderá fazer ou não uma reestruturação: “a composição palaciana se dá em quatro cargos auxiliares fundamentais, com competências muito claras, que é a Casa Civil no gerenciamento do governo com o presidente, secretaria-geral da presidência para manter diálogo com a sociedade por meio das organizações, a Secom (Comunicação) para ter relação com imprensa e cuidar da publicidade e as relações institucionais, que atua na interlocução com os demais poderes. São quatro cargos que dependem muito da percepção do governo, da confiança, do entendimento, para ver se tá funcionando bem ou não”, avalia.

Leia em: <https://www.gazetaweb.com/blogs/edivaldo-junior/fico-feliz-com-especulacoes-mas-nao-houve-convite-para-ministerio-802812>

DUPLICAÇÃO DA BR-381, FINALMENTE, SAI DO PAPEL

Ministros Renan Filho e Alexandre Silveira e o governador Romeu Zema dão a largada nas obras no trecho mais perigoso da rodovia, entre Belo Horizonte e Governador Valadares

ALESSANDRA MELLO E TÚLIO SANTOS

Em solenidade às margens da BR-381, em Belo Oriente, no Vale do Aço, o governo federal deu a largada nas obras de duplicação do trecho chamado de “Rodovia da Morte”, um dos mais violentos do Brasil, com alto índice de acidentes. As obras começam hoje. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi representado na cerimônia pelos ministros dos Transportes, Renan Filho (MDB-AL), e de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG). O governador Romeu Zema (Novo) e o secretário de Governo, Gustavo Valadares, também compareceram.

Na cerimônia de assinatura do contrato de concessão para a duplicação da rodovia, em janeiro, o governador não estava presente. Questionado posteriormente sobre sua ausência, ele disse que estaria à disposição quando o governo colocasse “máquinas na pista”. E esse foi o nome usado pelo Ministério dos Transportes para batizar o evento de inauguração das obras de duplicação, no trecho que liga BH a Governador Valadares, com 303,4 quilômetros.

Durante a cerimônia, não houve troca explícita de farpas entre Zema e os ministros, principalmente com Silveira, que frequentemente faz críticas à gestão do governador. Mas não faltaram indiretas. Na solenidade, Zema disse a Renan que dará prioridade aos eventos do governo federal cujo objetivo for “movimentar máquinas” e comemorou o início das obras, segundo ele, atrasadas. “Mas começaram, menos mal”, disse o governador em entrevista após o fim da solenidade.

Zema afirmou ainda que seu governo estará à disposição para ajudar no que for preciso, inclusive no licenciamento ambiental. “Toda vez que for para movimentar máquinas, a minha agenda prioritária vai ser estar do seu lado [ministro Renan Filho]. Então, o que queremos é investimentos nas rodovias mineiras”, disse Zema.

O governador também cobrou investimentos do governo federal nas rodovias federais que cortam o estado e foi rebatido com números pelos ministros. De acordo com Renan e Silveira, Lula fez investimentos superiores ao gasto com as rodovias em Minas durante todo o governo de Jair Bolsonaro, a quem Zema apoiou na tentativa de reeleição em 2022.

Silveira, que falou depois de Zema, lembrou que as principais obras já feitas na 381 são da primeira gestão Lula. Ele também citou a ajuda do governo federal para que os estados paguem suas dívidas com a União e destacou que a de Minas é uma das maiores do país. Renan afirmou que, no último ano do governo Bolsonaro, foram investidos R\$ 250 milhões nas rodovias mineiras, ante R\$ 750 milhões nos dois anos do governo Lula.

Tanto os ministros como o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio, também citaram o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD) e agradeceram o empenho do parlamentar na defesa dos interesses do estado e na aprovação de um novo modelo de renegociação da dívida de Minas com a União, o Propag. Pacheco vem sendo defendido por Lula como candidato ao governo de Minas em 2026, em oposição aos outros nomes que poderão contar com o apoio de Zema, entre eles o vice-governador Mateus Simões (Novo).

Em seu discurso, Renan lembrou que Lula ganhou todas as eleições que disputou em Minas e afirmou que quem ganha no estado vence no Brasil. Ele disse a Zema: “O que estamos fazendo hoje aqui, governador, é somando esforço do governo de Minas Gerais e do governo do estado, demonstrando que, com trabalho sério, pode-se tirar do papel projetos antigos e pode-se, federativamente, para além das diferenças políticas, colaborar com o desenvolvimento do país.”

Questionado ao fim da solenidade sobre a presença de Zema, Silveira afirmou considerá-la importante e disse que a orientação do presidente Lula é tratar todos os governadores e prefeitos de maneira republicana. “Chega de fake news, chega de confusão, chega de apontar problemas. Nós estamos levando solução.”

CEM DIAS

O consórcio Nova 381, responsável pela duplicação da rodovia, anunciou um plano emergencial de 100 dias, em que serão realizadas intervenções em trechos críticos da rodovia. Entre elas, obras de recuperação da Ponte Torta, em João Monlevade, onde 19 pessoas morreram em dezembro de 2021.

A ponte apresenta rachaduras e é um dos pontos perigosos da BR. A concessionária anunciou ainda o início imediato da capina das margens da rodovia, alterações na sinalização, melhoria da drenagem e recuperação de guarda-corpos. Na sequência, serão iniciadas as obras de recapeamento da pista nos pontos mais críticos.

O prazo total para a finalização da duplicação da estrada é de oito anos, mas a obra de alargamento só deve começar daqui a dois anos. Até lá, a rodovia será revitalizada, com nova iluminação e serviço de atendimento de urgência em caso de acidentes ou problemas na pista. O pedágio, segundo o ministro Renan Filho, deve começar a ser cobrado em um ano, quando a rodovia já estiver em boas condições de tráfego.

Leia mais: <https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/02/2025/p1>

MG - ESTADO DE MINAS

07/02/2025

Economia, 7

voltar ao topo 

COLUNA

MARCÍLIO DE MORAES - BRASIL EM FOCO

ESTUDO DA CONSULTORIA PSR INDICOU QUE OS "JABUTIS" REPRESENTAM UM POTENCIAL DE AUMENTO DE 9% NA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA DOS BRASILEIROS, COM CUSTO ADICIONAL DE R\$ 19 BILHÕES POR ANO

Setor elétrico de olho na votação dos vetos no projeto das eólicas

O setor elétrico brasileiro acompanha a abertura do ano legislativo com expectativa redobrada e busca assegurar que o Congresso Nacional não derrube os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Projeto de Lei nº 576, de 2021, que regulamenta a instalação de equipamentos para geração de energia eólica no mar, offshore.

O projeto do Marco Legal das Eólicas Offshore, que tramitava desde 2021 buscando normatizar a geração de energia eólica no mar até a plataforma continental, uma faixa de até 370,4 quilômetros da costa, foi sancionado no mês passado pelo presidente Lula, com vetos a artigos que foram anexados ao projeto original, os conhecidos "jabutis".

Propostas alheias ao objetivo do projeto foram incluídas por deputados e, entre outras coisas, estabelecem a obrigatoriedade de contratação de energia de termelétricas a gás natural e de pequenas centrais hidrelétricas, além da prorrogação de subsídios nos

contratos das térmicas a carvão natural e para fontes incentivadas do Programa de Incentivo de Fontes Alternativas (Proinfa).

Os "jabutis" previam ainda a construção de plantas de hidrogênio e de usinas eólicas no Sul do Brasil. Além disso, o texto muda o cálculo do preço-teto dos leilões das térmicas e, com isso, os custos de transporte do gás natural (construção de gasodutos) que serão necessários em regiões sem infraestrutura de gás serão ancorados na tarifa de energia – leia-se: consumidores.

Todas essas propostas, vetadas pelo presidente, que retirou do texto os dispositivos que não têm relação direta com a geração de energia eólica, voltam ao Congresso este ano, o que está mobilizando as empresas do setor elétrico. A Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee) e outras 13 entidades que representam a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, além de indústrias e consumidores, querem evitar que os "jabutis" retornem ao texto aprovado no Senado.

O presidente da Abradee, Marcos Madureira, diz que as entidades vão buscar os senadores para mostrar o impacto das medidas para os consumidores de todo o país. Ele lembra que um estudo feito pela consultoria PSR indicou que os "jabutis" representam um potencial aumento de 9% na conta de energia elétrica dos brasileiros, com um custo adicional de R\$ 19 bilhões por ano.

"Esse é um preço que quem paga é o consumidor", diz Madureira. "Um dos problemas do PL é que as térmicas estão em locais onde não há gás e não há como construir gasoduto. Além disso, é preciso avaliar a situação da transmissão", afirma o presidente da Abradee.

Ainda de acordo com Marcos Madureira, essas térmicas são mais caras e têm 70% de inflexibilidade, o que indica que, mesmo desligadas, elas oneram o sistema elétrico, uma vez que esse pagamento está previsto no contrato de concessão. Outra distorção, na avaliação das distribuidoras, é a prorrogação dos benefícios para a geração solar fotovoltaica até 5 MW, conhecida como geração solar distribuída.

"A geração distribuída tem desconto de 50% para o uso da transmissão e de 50% na geração. E esse subsídio quem paga é o consumidor", afirma Madureira, lembrando que, hoje, do total de consumidores no país, 60% estão no mercado regulado, atendido pelas distribuidoras, e 40% estão no mercado livre. Com isso, os custos da tarifa – como bandeiras tarifárias – pesam apenas sobre o mercado regulado, onerando cada vez mais o consumidor por causa da redução do número de clientes.

(...)

Leia mais: <https://digital.em.com.br/estadodeminas/07/02/2025/p7>

MG - ESTADO DE MINAS

07/02/2025

5

voltar ao topo 

POLÍTICA

SILVEIRA: LULA QUER ELEGER FUTURO GOVERNADOR DE MG

BRUNO NOGUEIRA

Durante passagem por BH, ministro de Minas e Energia reforça declaração do presidente

4

SENADO
NA MÍDIA

sobre apoio a uma eventual candidatura do senador Rodrigo Pacheco ao Executivo estadual.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD-MG), disse ontem, em Belo Horizonte, que pretende ajudar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a eleger o próximo governador de Minas Gerais, em crítica ao atual chefe do Executivo, Romeu Zema (Novo).

“O presidente Lula sempre ganhou em Minas Gerais e vai continuar ganhando para o bem dos mineiros e dos brasileiros. Ele vai ganhar de novo em 2026 e, portanto, vai fazer o governador de Minas”, declarou.

“Até porque, infelizmente, apesar de toda a orientação que ele [Lula] nos dá de trabalhar de forma harmônica e republicana com os governadores e com os municípios, temos tido muita dificuldade em trabalhar nessa mesma parceria com o governo de Minas Gerais”, afirmou Silveira.

“[Rodrigo] Pacheco é um dos homens mais preparados na vida pública brasileira. Tem todas as condições de ocupar qualquer cargo da República. E meu desejo pessoal já é público: seria uma alegria muito grande vê-lo ter disposição para disputar o governo do estado”, ressaltou o ministro.

Silveira esteve na prefeitura de BH com o ministro dos Transportes, Renan Filho, para anunciar investimentos federais no Anel Rodoviário. O anúncio foi feito em reunião com o prefeito em exercício, Álvaro Damiano (União Brasil). Ele disse ainda que os problemas que estão ao alcance do governo federal estão sendo resolvidos. E elogiou Lula por sancionar o Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (Propag), visto como solução para a dívida do estado com a União.

O ministro atribuiu à gestão Zema o crescimento da dívida. “Minas Gerais deixou de dever R\$ 110 bilhões em 2021 para dever R\$ 165 bilhões. Estava quebrado, comprometendo os serviços públicos essenciais. Quando se fala em congelar salário dos servidores públicos, vai muito além do servidor, vai comprometer a saúde, educação, segurança. E o estado de Minas estava nessa situação. O presidente Lula, generosamente, aprovou um programa para solucionar isso”, disse.

O governo de Minas argumenta que, apesar do crescimento da dívida, nenhum empréstimo foi celebrado sob a gestão Zema. A Cidade Administrativa atribuiu o débito aos juros cobrados pelo financiamento, calculados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais uma taxa de 4%. O indexador é considerado abusivo, uma vez que a economia estadual não cresce na mesma medida.

O estado minimiza o crescimento em relação à capacidade de endividamento do poder público. Segundo dados da Secretaria de Estado de Fazenda, a taxa de endividamento teve queda expressiva de quase 30% em relação ao último ano de Fernando Pimentel (PT). Na época, o débito representava 189,03% da Receita Corrente Líquida. Atualmente, a dívida está 162% acima da receita do estado. A consolidada líquida é de R\$ 168,25 bilhões.

CPIs sobre PCC, Comando Vermelho e milícias avançam no Senado e na Câmara.

Pedidos de CPI foram apresentados no Senado por Alessandro Vieira (MDB-SE) e na Câmara por Kim Kataguiri (União-SP). Vieira diz ter apoio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre; Kim cita reportagens do Estadão

Por André Shalders

06/02/2025 | 17h08

BRASÍLIA - O Senado e a Câmara poderão instalar em breve comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para investigar facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), além das milícias. No Senado, o requerimento foi protocolado nesta quinta-feira, 06, pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE). Já na Câmara, um pedido foi apresentado por Kim Kataguiri (União-SP). No requerimento de Kim, o foco são as reuniões de supostos integrantes das facções com representantes do governo Lula (PT), reveladas por reportagens do Estadão.

A proposta mais avançada é a de Alessandro Vieira, no Senado. Segundo ele, o requerimento já tem as 27 assinaturas necessárias, e conta com o apoio do novo **presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP)**. No pedido, Vieira fala sobre a necessidade de investigar as causas do aumento do poder das facções e de estudar os casos dos Estados que conseguiram conter o problema, como Santa Catarina.

Dentre as 27 assinaturas coletadas por Vieira, predominam nomes de oposição – caso de Sérgio Moro (União-PR), Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e Flávio Bolsonaro (PL-RJ). “Se está diante de um preocupante estado de coisas, o qual torna imprescindível a atuação investigativa do Poder Legislativo, através de CPI especialmente constituída para tanto, como forma de oferecer ao país soluções legislativas”, diz um trecho do requerimento.

Leia o pedido de CPI do senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

O pedido de Kim Kataguiri tem como objeto a possível influência do PCC e do Comando Vermelho nas políticas públicas para o setor carcerário. No pedido, o deputado federal cita a participação de dirigentes da ONG Pacto Social & Carcerário de S.P em reuniões nos ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos; e as reuniões de Luciane Barbosa Farias, a Dama do Tráfico, nas duas pastas. Ambos os casos foram revelados pelo Estadão. No fim de janeiro, os líderes da Pacto Social foram denunciados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), sob a acusação de integrar o PCC e de atuar de acordo com as ordens da facção.

“A participação dessas ONGs (como a Pacto Social) na formulação do Plano Pena Justa (determinado pelo Supremo Tribunal Federal) levanta suspeitas graves, que merecem ser investigadas. Temos cada vez mais indícios da complexidade e do tamanho do crime organizado no nosso país. E esse nível de infiltração dele na política institucional pode significar que estamos indo por um caminho sem volta. Acredito que teremos facilidade em coletar as 171 assinaturas necessárias (para a CPI)”, diz Kataguiri. O deputado, que integra o Movimento Brasil Livre (MBL), pretende começar a coleta de assinaturas na segunda-feira.

Leia o pedido de CPI de Kim Kataguiri (União-SP)

“A crise na Segurança Pública é provavelmente o maior problema nacional, com impactos negativos em todos os aspectos da vida dos brasileiros, mas há muito tempo o debate fica restrito a trocas de farpas entre adeptos do populismo penal (bandido bom é bandido morto) e da abordagem exclusivamente sociológica (pomba branca e passeata pela paz)”, diz Alessandro Vieira.

“Por que alguns Estados apresentam bons números históricos, como Santa Catarina, ou conseguiram reduções expressivas nos indicadores de violência, como Sergipe, enquanto outros seguem em uma situação trágica, a exemplo do Rio de Janeiro e do Amapá? É uma pauta urgente do Brasil e precisa fugir da armadilha paralisante da polarização”, argumenta o senador.

Relembre os casos

Em novembro de 2023, o Estadão revelou que a mulher de um líder do Comando Vermelho no Amazonas participou de reuniões com dirigentes dos ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos no governo Lula (PT). Ex-estudante de Direito, Luciane Barbosa Farias é casada com Clemilson Farias, o Tio Patinhas, ex-líder do Comando Vermelho no Amazonas. Ela se reuniu com o então titular da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) do Ministério da Justiça, Rafael Velasco Brandani, levada pela advogada criminalista Janira Rocha. Janira recebeu pagamentos de cerca de R\$ 23 mil de um integrante do Comando Vermelho dias antes de uma das reuniões.

Na semana passada, a Justiça Federal decretou a prisão de Luciane Barbosa Farias pelos crimes de associação para o tráfico, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Ela se encontra foragida até o momento.

Além de Luciane Barbosa Farias, também se reuniram com dirigentes dos ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos os representantes da ONG Pacto Social & Carcerário de S.P. Em meados de janeiro, a ONG foi alvo da operação Fake Scream, deflagrada pela Polícia Civil de São Paulo e pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MP-SP. A investigação começou em 2021, quando policiais interceptaram um informe sobre as atividades da ONG destinado a presos do PCC.

Leia em: <https://www.estadao.com.br/politica/cpis-sobre-pcc-comando-vermelho-e-milicias-avancam-no-senado-e-na-camara/>

ARTIGOS

JOSÉ PASTORE - Desafios para o Congresso na área trabalhista

O Supremo Tribunal Federal (STF) deu prazos para o Congresso Nacional aprovar três leis que são exigidas pela Constituição de 1988 na área trabalhista. A primeira é a lei sobre a licença-paternidade, porque a regra atual de 5 dias foi aprovada pelos constituintes como provisória. A segunda é a lei sobre a proteção dos trabalhadores contra os problemas causados pela automação, também prevista na Constituição e, até hoje, não aprovada. A terceira é a lei de proteção dos trabalhadores contra os trabalhos penosos. As três são requeridas pela Carta Magna. São três imensos desafios:

1) Sobre licença-paternidade, há vários projetos de lei tramitando que propõem uma ampliação dos atuais 5 dias para 10, 15, 20 ou mais dias. Mas há projetos que desejam igualar a licença paternidade à da maternidade (120 dias). Há também os que propõem mesclar os dois afastamentos, criando a "licença parental" que é muito comum na Europa.

Onde está o desafio? Na forma de custear esses afastamentos. Hoje, os 5 dias de licença dos pais são totalmente custeados pelas empresas. Mas, quando se fala em ampliar essa licença, a conta terá de passar para a Previdência Social.

Será que o INSS tem recursos para custear licenças mais longas para os pais? Como o Congresso Nacional não pode criar despesas para o erário, sem indicar a fonte de custeio, caberá aos parlamentares negociarem com o Ministro da Fazenda, o adicional de recursos, o que, certamente, enfrentará resistência numa hora em que o governo federal se esforça para conter gastos, sendo a Previdência Social o maior foco de preocupação, pois tem um déficit anual de mais de R\$ 300 bilhões!

Ou seja, a Constituição exige, as crianças precisam, os pediatras recomendam, mas não há dinheiro. Derrubar toda a conta no colo das empresas seria um desastre ainda maior.

2) Sobre a proteção contra os efeitos deletérios da automação, há também vários projetos de lei que tramitam há anos no Congresso Nacional, sem nenhuma perspectiva de aprovação em face da grave complexidade do assunto. Essa legislação envolve questões conceituais e limitações práticas. A nova lei vai proibir ou penalizar a adoção de tecnologias quando estas destroem empregos? Vai criar regras de substituição e demissão dos empregados afetados? Ou vai expandir os programas de qualificação e requalificação para "repaginar" os profissionais no novo mundo tecnológico?

No primeiro caso, teríamos uma ação frontal contra a modernização tecnológica e a perda de competitividade das empresas e da economia brasileira. No segundo, regras de substituição e demissão podem gerar um clima conflitivo. No terceiro, criar-se-ia a necessidade de imensos recursos para a qualificação e requalificação, além de boas estratégias.

Mas, nesse campo, há outro desafio. Enquanto o trabalhador estiver desempregado e sendo qualificado ou requalificado de onde virá a sua renda? Haverá uma extensão do seguro-desemprego? Mas esse benefício (mais do que necessário) está criando despesas gigantescas numa hora em que o Brasil, ironicamente, está com pleno emprego. Vamos agravar ainda mais o desequilíbrio fiscal?

3) Sobre a proteção contra trabalhos penosos, tem-se um desafio conceitual de enorme

proporção, porque até hoje nunca se conseguiu uma definição clara do que seja "penosidade" nas atividades laborais. Muitos consideram "penoso" levantar pesos excessivos, o que é indiscutível. Outros se referem ao trabalho sob sol escaldante. Há ainda os que chamam a atenção para o excesso de poluição sonora ou ambiental. Mas, tudo isso já está protegido por leis e regras no campo da periculosidade e insalubridade. O que será específico da penosidade? Não se sabe.

Em suma, os parlamentares, que acabam de voltar das férias, terão muito trabalho para atender aos pedidos do STF nesses três campos do mundo do trabalho. Os três implicam em decisões difíceis e onerosas, além dos desafios conceituais indicados.

(...)

JOSÉ PASTORE

Professor da Universidade de São Paulo, Presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP e membro da Academia Paulista de Letras

Leia mais: <https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6955/07-02-2025.html?all=1>

CORREIO BRAZILIENSE

07/02/2025

23

voltar ao topo 

COLUNAS

BETO SEABRA - Crônica

Como divertir-se e continuar vivo

Falar sobre temas sérios em um caderno chamado Divirta-se talvez seja abusar da paciência dos leitores. Mas vejam que esse assunto, além de importante, é interessante, pois, principalmente em Brasília, nossas diversões dependem em boa medida da nossa capacidade de se locomover.

No domingo li aqui no Correio Braziliense reportagem mostrando que cerca de 8 mil motoristas do Distrito Federal tiveram a carteira de habilitação suspensa em 2024 por dirigirem alcoolizados. Levei um susto! O número é 200% maior do que o de 2023, não sei se por mérito do Detran-DF, que intensificou a fiscalização, ou por culpa dos brasilienses, que passaram a naturalizar a relação bebida versus direção. Há quase 30 anos Brasília foi palco da campanha Paz no Trânsito, que envolveu sociedade, governo do DF e este jornal, com a adesão espontânea dos demais veículos de comunicação.

Ela veio como um grito de socorro, pois os números sobre a violência no trânsito nas ruas de Brasília e em outras cidades vizinhas eram escandalosos. A capital federal era simplesmente o lugar mais perigoso do país para transitar, seja em veículos motorizados, bicicletas ou a pé. Eu trabalhava na assessoria de comunicação da Secretaria de Educação do GDF e pude acompanhar de perto o esforço de todos em transformar a campanha Paz no Trânsito em realidade nas ruas, escolas e locais de trabalho. O resultado veio rápido. Nos anos seguintes houve uma queda acentuada da violência no trânsito e a experiência de Brasília com a faixa de pedestres e o uso de cinto de segurança viraram modelos para o restante do Brasil.

Anos depois o Congresso Nacional aprovou a Lei Seca, que eu também tive a oportunidade de ajudar a divulgar quando trabalhava na Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados. Mais uma vez, os resultados surgiram. Com a lei em vigor, e nos anos seguintes, caiu vertiginosamente o número de acidentes causados por embriaguez ao volante. O trio

9

**SENADO**
NA MÍDIA

faixa de pedestres-cinto de segurança-lei seca mostrou que é possível salvar muitas vidas com campanhas de comunicação bem feitas e leis bem formuladas e que pegam.

Dois anos antes da campanha Paz no Trânsito começar a mudar a história de Brasília, perdi uma pessoa muito querida em um acidente. Meu tio Fernando Seabra, de apenas 29 anos, que por ter a minha idade era, na verdade, um irmão, morreu de forma estúpida quando o carro em que ele seguia como passageiro capotou. Ele morava na Asa Norte e morreu a caminho de casa por não estar usando o cinto de segurança. Sempre que vejo notícias sobre o trânsito violento e o desrespeito às leis lembro do meu tio-irmão.

E se a lei do cinto de segurança já estivesse valendo em 1994? Talvez ele estivesse hoje aqui, entre nós, para felicidade da família e dos amigos, pois Fernando era uma figura solar, adorada por todos e até hoje quando encontro uma amiga daqueles tempos choramos ao nos lembrarmos das peraltices daquele tio genial e meio irresponsável, que, na verdade, eu tratava como um irmão mais novo.

(...)

Leia mais: <https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6955/07-02-2025.html?all=1>

CORREIO BRAZILIENSE

07/02/2025

4

voltar ao topo 

COLUNAS

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO) - Brasília-DF

A vacina de Hugo Motta

Ao publicar em suas redes sociais que “aumentar impostos é empobrecer o país”, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deixa translúcido o que os parlamentares pensam a respeito de propostas que representem aumento de impostos.

Os congressistas e o setor produtivo estão preocupados porque, até aqui, o governo disse que irá compensar a isenção para quem recebe até R\$ 5 mil mensais, mas não detalhou o que será feito para garantir essa compensação.

Há quem diga que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não poderá dispensar uma oportunidade sequer de explicar o que vem por aí, a fim de deixar claro, desde já, que não haverá aumento de carga tributária, nem de impostos.

*** Em entrevista à Globo News, por exemplo, Haddad foi direto ao dizer à colunista Miriam Leitão que serão levadas em consideração situações de companhias que não estão pagando impostos, mas estão distribuindo dividendos. Alguns políticos ficaram de orelha em pé. Por isso, antes mesmo que o governo venha com ampliação de impostos, o presidente da Câmara menciona o empobrecimento do país. Nas conversas dos deputados, há um sentimento de que não dá para taxar quem gera e segura empregos dentro do Brasil.

Lula que se cuide

Sem maioria no Congresso, o governo Lula terá que passar por uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que institui o semipresidencialismo. O texto apresentado pelos deputados Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) e Luís Carlos Hauly (Podemos-PR), esta semana, é lido nos bastidores da mesma forma que, no passado, os políticos receberam a emenda do então deputado Mendonça Filho, que permitiu a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1998. A onda, à época, era “se for a voto, passa”.

Quem manda

A proposta dos dois deputados mantém o presidente eleito como chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas. Entre as atribuições do presidente, está a nomeação do primeiro-ministro, “após consulta aos partidos”. O premiê deve apresentar programa de governo ao presidente e à Câmara. Primeiro-ministro e Conselho de Ministros dependem da confiança da Câmara.

Vale lembrar

Antes de deixar a presidência da Casa, Arthur Lira (PP-AL) teve planos de votar o semipresidencialismo. Não houve consenso nem tempo para os partidos de centro avaliarem o tema.

Nada é por acaso

Lula tinha um leque de opções para sua primeira viagem, depois da liberação pelos médicos. Escolheu o Rio de Janeiro porque muitos aliados consideram que é um dos estados que a direita tem mais força junto ao eleitorado. Em 2022, Jair Bolsonaro obteve 56,53% dos votos válidos no segundo turno. Lula ficou com 43,47%. O ex-presidente venceu em 72 municípios e Lula, em 20.

Curtidas

Assim que se faz I/ A bancada feminina está dando um show no Legislativo. O maior exemplo é a procuradora da Mulher, deputada Soraya Santos (PL-RJ), ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) defender uma ação de inconstitucionalidade arguida pelo PSol. Soraya fez uma sustentação oral em defesa da ação, que busca Justiça para as Mães de Haia, mulheres que vêm para o Brasil em busca de proteção, muitas vezes, para fugir da violência doméstica em algum país estrangeiro — e acabam acusadas de sequestrar os filhos.

Assim que se faz II/ “A violência contra a mulher, o câncer e as mazelas do país, não têm partido. É isso que a bancada feminina tenta mostrar e muitos não entendem”, diz Soraya. Aliás, na Procuradoria da Mulher, Soraya e Benedita da Silva, do PT e ambas do Rio de Janeiro, são o maior exemplo de harmonia e boa convivência, quando o assunto é defesa da mulher. Raridade na política de hoje.

Me inclua fora dessa/ O deputado Marcel Van Hatten (Novo-RS) pediu voto a todos os deputados da direita. Quando chegou na deputada Bia Kicis (PL-DF), ela foi direta: “Meu compromisso é com o partido e com o presidente Jair Bolsonaro. Por isso, meu voto é Hugo Motta”, disse.

Por falar em Bolsonaro.../ As vaias ao ex-presidente, no Mané Garrincha, durante o jogo Vasco 1 x 2 Fluminense, foram consideradas, nos partidos de centro, a prova de que nem tudo será flores para os extremos da política em 2026. Os aliados dele, porém, consideraram “normal” — devia ser um grupo petista. (...)

Leia mais: <https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6955/07-02-2025.html?all=1>

CORREIO BRAZILIENSE

07/02/2025

7

voltar ao topo 

ECONOMIA

A compensação virá dos mais ricos

ISENÇÃO DO IR / Presidente Lula apelou para a “justiça tributária” e afirmou ter certeza de

11

SENADO
NA MÍDIA

que o Congresso vai aprovar o projeto que altera a tabela do Imposto de Renda. Especialistas temem desequilíbrio fiscal
MAYARA SOUTO
RAPHAEL PATI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem ter certeza de que o Congresso vai aprovar o projeto que aumenta a faixa de isenção do Imposto de Renda, beneficiando as pessoas que ganham até R\$ 5 mil. Em entrevista a emissoras de rádio de Salvador, Lula afirmou que o governo quer, com isso, promover a justiça tributária no país.

"O que nós queremos é que todas as pessoas no Brasil que ganham até R\$ 5 mil não precisem pagar Imposto de Renda. É só isso. A Fazenda e a Receita Federal acham que tem que ter uma compensação e eles estão fazendo a compensação com as pessoas mais ricas. Queremos fazer justiça social, fazer com que quem ganha menos pague menos, e que quem ganha mais pague mais", declarou.

Lula reforçou a necessidade de avançar com o projeto no Legislativo. "Tenho certeza de que o Congresso Nacional aprovará o projeto porque todo mundo está preocupado com a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro", destacou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a afirmar, nesta semana, após reunir-se com o novo presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), que o projeto definindo os critérios para essa mudança e as formas de compensação já estaria pronto, aguardando a aprovação do presidente. Ontem à tarde, Lula retornou a Brasília e se reuniu novamente com Haddad, no Planalto.

Uma das alternativas mais prováveis que devem vir à mesa dos congressistas no projeto de compensação é a tributação de rendas acima de R\$ 50 mil.

Na visão do gerente da Inteligência Técnica do Centro de Liderança Pública (CLP), Daniel Duque, apesar de a intenção de tributar grandes fortunas e ampliar a progressividade do sistema ser legítima, a elevação brusca da faixa de isenção para R\$ 5 mil retira uma parcela considerável de contribuintes do Imposto de Renda. "Isso pode agravar o desequilíbrio fiscal e reduzir a arrecadação em um cenário já desafiador para as contas públicas. Com a base de contribuintes diminuída, o peso recai ainda mais sobre as faixas de renda mais elevadas, podendo estimular planejamento tributário agressivo e dificultar a estabilidade de longo prazo da receita", sustenta Duque.

Além disso, o especialista avalia que a medida contraria a ideia de ampliar a participação de mais contribuintes no Imposto de Renda, o que, na sua visão, seria uma forma de equilibrar a pesada carga tributária, hoje concentrada no consumo. "No curto prazo, essa reforma poderia até trazer alívio para as faixas de renda mais baixas e médias, mas, no médio e longo prazos, implicaria riscos à sustentabilidade do orçamento público e à busca por um sistema tributário mais amplo e equilibrado", acrescenta.

Já o especialista em contas públicas Geraldo Biazoto considera que a elevação da faixa de isenção é uma medida que pratica "justiça tributária", ao considerar que ao longo do tempo a inflação corroeu uma parte considerável dos salários mínimos. "No que teria que avançar para o Imposto de Renda ser um imposto digno do nome? É, efetivamente, chegar à tributação de quem tem recursos, de quem tem renda. Porque hoje o IR não vê uma parte da renda. Hoje, a gente está em uma situação muito desigual, muito injusta, porque o trabalhador que tem carteira assinada e ganha R\$ 4,5 mil está sendo tributado fortemente", considera Biazoto.

Para o mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Murilo Viana, o aumento da faixa de isenção do IR pode ser prejudicial para os cofres de estados e municípios, que provavelmente teriam de arcar com uma perda considerável de

arrecadação por parte de funcionários e servidores ligados a esses entes. "Com certeza, haverá também uma discussão em relação a aspectos federativos e à necessidade de haver uma compensação por parte da União, o que, obviamente, torna a discussão e o cenário de compensação total ainda mais desafiador", avalia.

CORREIO BRAZILIENSE

07/02/2025

8

voltar ao topo 

ECONOMIA

Alívio no câmbio e na Bolsa

ROSANA HESSEL

Apesar da frustração do mercado com o pacote de 25 medidas que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ao Congresso na quarta-feira, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escorregar no discurso voltando a criticar a política monetária do Banco Central, o dólar comercial voltou a cair ontem, mais por fatores externos do que internos e encerrou o dia cotado a R\$ 5,764, com recuo de 0,52%.

A divisa norte-americana abriu o dia em alta, mas acabou recuando ao longo do dia devido à falta de novas medidas tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e com a sinalização de dirigentes do Federal Reserve, o banco central norte-americano, de que a tendência será de queda dos juros, embora mais gradual.

Agentes do mercado também destacaram que as declarações do novo secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, que, apesar de Trump ter afirmado logo no início do governo que "exigirá que as taxas de juros caiam imediatamente" garantiu que o governo não está tentando torcer o braço do Fed, mas sim criar sua própria abordagem. "Ele não está pedindo que o Fed reduza as taxas", disse Bessent à Fox Business na quarta-feira. E, ontem, para a Bloomberg, declarou: "Não estamos focados em saber se o Fed vai cortar (os juros)". Ele ainda disse que o governo Trump está focado em reduzir o rendimento dos títulos públicos de 10 anos. "Se desregulamentarmos a economia, se resolvermos esse problema tributário, se reduzirmos a energia, as taxas cuidarão de si mesmas e o dólar cuidará de si mesmo", declarou.

"Acho que hoje (ontem) não foi um dia de grandes movimentos do dólar até começou mais forte, mas, ao longo do dia, perdeu força de forma curiosa. Além do real, outras moedas também se valorizaram frente ao dólar porque a guerra tributária de Trump não escalou. Não estamos vendo grandes tarifas às importações e Trump tem voltado atrás em várias medidas. Até mesmo disse que não vai sair da Organização Mundial da Saúde (OMS)", destacou Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos. De acordo com notícias veiculadas pela agência Reuters, a equipe do governo dos EUA está considerando um plano de reforma da OMS, incluindo a nomeação de um norte-americano para o comando, para que o país permaneça como membro da agência global de saúde.

Cenário interno

O economista-chefe da Way Investimentos, Alexandre Espirito Santo, destacou que a perspectiva de que o Banco Central continuará tendo mais trabalho para segurar a inflação, o que significa um patamar mais elevado para a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,25% ao ano, tem atraído mais dólares para o país e, com isso, contribui para que o real fique mais fortalecido frente ao dólar. "Estamos com juros muito altos e isso é muito atrativo para o real e favorece a queda do dólar. A aposta em dólar tem um custo enorme e,

como a moeda enfraqueceu no mundo, juntou a fome com a vontade de comer”, explicou. O esforço do governo em adotar medidas que aumentam as despesas públicas — como a isenção do Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil, a falta de medidas de contenção de despesas na pauta econômica prioritária de Haddad, deixaram os agentes financeiros frustrados, além de perspectivas de piora do quadro fiscal não apenas em 2025, mas também em 2026, que é um ano eleitoral e os governos, tradicionalmente, ampliam os gastos em vez de cortar. “O governo prometeu muito e entregou pouco. O chefe do Poder Executivo diz que não haverá mais medidas, que não há necessidade, de modo que é natural depreender que o ministro da Fazenda não tem enforcement e nem poder político para implementar a agenda que entrega algum horizonte de solvência fiscal. Sem punchline, o que resta ao ministro Haddad é a narrativa de que o arcabouço está sendo cumprido, ainda que a realidade seja distinta”, avaliou Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos.

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) voltou a subir ontem, fechando com alta de 0,55%, a 126.225 pontos.

CORREIO BRAZILIENSE

07/02/2025

2

[voltar ao topo](#) 

POLÍTICA

LULA SUGERE BOICOTE A alimentos; oposição ataca

Presidente diz que consumidores deveriam deixar de comprar produtos mais caros, como forma de pressão para a redução dos preços. Declaração provoca enxurrada de críticas de parlamentares contrários ao governo. Especialistas também reprovam fala

MAYARA SOUTO

VICTOR CORREIA

Governo e oposição entraram em novo embate público, nesta quinta-feira, após uma declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o preço dos alimentos. O chefe do Executivo pregou que a população deixe de comprar produtos que estejam muito caros. A alta generalizada, no entanto, atinge itens essenciais, como carnes, frutas, arroz e leite. A inflação dos alimentos provoca temor no governo, que estuda formas de incentivar a produção, mas não sinaliza medidas de curto prazo.

“Uma das coisas mais importantes para que a gente possa controlar o preço é o próprio povo. Se você vai a um supermercado e desconfia que tal produto está caro, não compra. Se todo mundo tiver essa consciência e não comprar aquilo que acha que está caro, quem está vendendo vai ter de baixar para vender, porque senão vai estragar”, ressaltou Lula, em entrevista a rádios da Bahia, nesta quinta-feira. “Esse é um processo que a gente não precisa falar, porque isso é da sabedoria do ser humano”, acrescentou.

Segundo dados da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), a cesta básica ficou 14,22% mais cara ao longo do ano passado. O grupo é composto por itens considerados essenciais para a alimentação das famílias. O café torrado, por exemplo, subiu 39,6%. O óleo de soja, 29,22%; o leite longa vida, 18,83%; e o arroz, 8,24%. A elevação é atribuída, principalmente, aos eventos climáticos extremos que afetaram o país no fim de 2023 e início de 2024, prejudicando a safra.

Lula também atribuiu a alta dos alimentos à desvalorização do real frente ao dólar, e culpou a gestão de Roberto Campos Neto no Banco Central. “Tivemos um aumento do dólar, porque nós tivemos um Banco Central totalmente irresponsável, que deixou uma arapuca

que a gente não pode desmontar de uma hora para outra", destacou. "Eu disse outro dia que a gente não pode dar um cavalo de pau em um navio do tamanho do Brasil. É preciso que a gente tenha juízo, faça as coisas com cuidado, porque um cavalo de pau num mar revolto, a gente pode tombar o navio."

O chefe do Executivo reiterou que fará reuniões com os setores produtivos e industriais e com ministros para buscar soluções para a situação. De acordo com ele, encontros com produtores de carne e de arroz já estão marcados para a próxima semana.

Reações

Em resposta à declaração do presidente, parlamentares de oposição dispararam contra o governo. "Lula agora quer culpar os empresários e jogar a responsabilidade para o povo de baixar o preço dos produtos. Então, para que serve o governo?", questionou o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO), em vídeo publicado nas redes sociais. "Se tudo está mais caro, a solução é simplesmente você não gastar o seu dinheiro", acrescentou.

Já o senador Sergio Moro (União-PR) ironizou: "Segundo Lula, basta a população não comprar produto caro que a inflação será reduzida! Sinal de que o governo perdeu o controle e não sabe o que fazer mais. A promessa de campanha não era de picanha e cerveja barata para todo mundo?".

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) também reagiu: "Quem não se indignar com mais essa fala absurda precisa urgentemente de tratamento".

Em contrapartida, aliados do Planalto saíram em defesa de Lula. Segundo o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), a gestão está focada em "manter a inflação baixa" e reduzir o preço dos alimentos na mesa. "Com diálogo e ação, a prioridade é reduzir o preço da carne e de outros produtos essenciais da cesta básica. Lula reafirma: comida boa e barata na mesa de todos", disse o deputado.

O senador Humberto Costa (PT-SP) citou que há aumento real do salário mínimo e crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) acima do esperado, para ilustrar que a economia está indo bem. "Quem trabalha pelo Brasil entrega bons resultados. Golpista preguiçoso só vive de caos e bravata", sustentou.

Não é a primeira vez que falas do governo sobre o assunto provocam controvérsia. Duas semanas atrás, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou que a gestão federal vai reduzir a alíquota de importação de itens que estiverem mais baratos no exterior do que em solo nacional. "Em alguns casos, o preço internacional está tão caro quanto aqui. O que se pode fazer? Mudar a fruta que a gente vai consumir. Em vez da laranja, outra fruta. Não adianta baixar a alíquota, porque não tem produto lá fora para colocar aqui dentro", disse, na ocasião.

Em outubro, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, mencionou que a regra da oferta e da demanda é que regula os preços. "Isso é um processo para a sociedade, inclusive, refletir. Muitas vezes, a imprensa diz 'olha, tal coisa está cara, substitui por outra'. Alface está cara? Substitui por chicória, para citar um exemplo", afirmou.

Especialistas criticam

Especialistas ouvidos pelo Correio avaliaram como negativa a fala do presidente. Para Leandro Consentino, cientista político do Insper, a declaração foi "extremamente problemática", pois "terceiriza a responsabilidade da escalada inflacionária para o próprio consumidor, e não para o governo". A menção ao Banco Central também seria uma forma de "responsabilizar" um terceiro, segundo Consentino.

André Braz, economista da FGV e especialista em inflação, pontuou que o aumento no preço dos alimentos não é de agora, e que, entre 2020 e 2024, a inflação desses produtos

subiu cerca de 55%, e a inflação média, 30%. A solução, de acordo com ele, está a longo prazo, com investimento em silos para guardar alimentos fora de safra e nos transportes fluvial e ferroviário.

"O conselho que ele deu não é descabido. Trocar alimentos caros por baratos é uma substituição que o consumidor faz naturalmente. Mas a gente espera um comprometimento maior do governo", frisou. "Não que a gente espere a solução do problema, porque não se resolve isso da noite para o dia, mas é possível criar um conjunto de políticas que, gradualmente, consiga nos blindar e nos proteger mais", opinou.

Para o professor de ciência política da UDF André Rosa, apesar de a fala fazer sentido do ponto de vista econômico — com a oferta e a demanda afetando o preço dos produtos —, foi "um prato cheio" para a oposição. Sinaliza uma fragilidade, ao não apresentar soluções, conforme avaliou. "Do ponto de vista da comunicação, de como a opinião pública recebe esse tipo de informação, passa um cheque de descontrole do governo, da própria incompetência do governo federal de conseguir gerir a questão da inflação, que é o que tem corroído muito o poder de compra do brasileiro", destacou.

Popularidade

A alta de preços dos alimentos já pesa na popularidade de Lula, que só tem caído, segundo pesquisas recentes. No levantamento feito pela Quaest, na semana passada, oito em cada 10 entrevistados disseram ter percebido aumentos de valores no último mês.

CORREIO BRAZILIENSE

07/02/2025

3

voltar ao topo 

POLÍTICA

Avança PEC para instituir o semipresidencialismo

VANILSON OLIVEIRA

O deputado federal Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) conseguiu reunir o número necessário de assinaturas e protocolou ontem, na Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Semipresidencialismo. O texto, também de autoria do deputado Lafayette Andrada (Republicanos-MG), obteve o apoio de 181 parlamentares, superando as 171 assinaturas mínimas exigidas para dar início à tramitação.

A proposta ganhou força após a eleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a Presidência da Câmara, já que ele se mostrou favorável ao debate sobre mudanças no sistema de governo. Durante a gestão de Arthur Lira (PP-AL) à frente da Casa, um grupo de trabalho chegou a ser criado para discutir alternativas ao modelo presidencialista.

A maior parte dos parlamentares que assinaram a proposta pertence ao Centrão. O Republicanos lidera a lista, com 36 assinaturas, seguido pelo União Brasil, com 28. Já o Partido Progressista (PP) contribuiu com 22 assinaturas, o PSD teve a adesão de 16 deputados, e o Partido Liberal (PL), principal legenda de oposição, 33.

O PT está ausente da lista de signatários, mas há adesões do "núcleo duro" da base de sustentação ao governo, como sete assinaturas do PDT e duas do PSB, sigla do vice-presidente Geraldo Alckmin. Além disso, PCdoB e PV, legendas federadas ao PT, registram um apoio, cada.

A PEC aguardará, agora, um despacho da Presidência da Câmara para ser enviada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), que avaliará sua admissibilidade. Caso seja aprovada, será debatida por uma comissão especial, antes de seguir para votação

em plenário. No entanto, para ser avalizada na Câmara, precisará de 308 votos, em dois turnos de votação. Caso passe, será enviada ao Senado, onde também necessitará do apoio de três quintos dos senadores, em dois turnos de votação.

Enquanto República, o Brasil já adotou o modelo parlamentarista entre setembro de 1961 e janeiro de 1963. O sistema, adotado como resolução da crise provocada pela renúncia à Presidência de Jânio Quadros, foi descontinuado após um referendo com ampla rejeição ao modelo. Um novo referendo sobre o modelo de governo foi realizado em 1993, no qual o parlamentarismo voltou a ser rejeitado. (Com Agência Estado)

Saiba mais

Poderes divididos

O semipresidencialismo é um modelo alternativo ao presidencialismo que vigora no país. Os exemplos mais famosos de nações semipresidencialistas são Portugal e França. Se aprovado, um presidente da República, eleito pelo voto direto, dividiria poderes com um primeiro-ministro.

O modelo proposto pelo deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) dá ao presidente a prerrogativa de nomear o primeiro ministro, mas, por outro lado, empodera a Câmara, concedendo aos parlamentares mais atribuições para definir o plano de governo e o Orçamento.

O presidente da República mantém as prerrogativas de nomear ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de tribunais superiores, além de chefes de missão diplomática, presidente e diretores do Banco Central (BC), o procurador-geral da República e o advogado-geral da União.

CORREIO BRAZILIENSE

07/02/2025

2

[voltar ao topo](#) 

POLÍTICA

Em evento no Rio, críticas a Castro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a ausência do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL-RJ), na reinauguração do Hospital Federal de Bonsucesso, na capital carioca. No evento, estava presente o prefeito do Rio e aliado do petista, Eduardo Paes (PSD-RJ).

“O governador foi convidado e não veio, mas ele foi convidado. Não quero saber de que partido é o governador, de que religião ele é, qual time que ele torce, eu quero saber que, bem ou mal, ele foi eleito pelo povo”, afirmou. “Ele foi convidado, como todos os governadores que eu convido, até aqueles que, de forma irresponsável, fazem crítica ao meu governo. Ele poderia vir aqui e fazer discurso de como o estado vai cuidar da questão da saúde.” Castro, aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, não costuma comparecer aos eventos em que Lula está. Na agenda do governador carioca, ontem, constavam “despachos internos” e nenhum compromisso fora do Palácio Guanabara.

Paes, por sua vez, elogiou a atuação da gestão Lula na reestruturação dos hospitais federais do estado e comemorou a repaginada na unidade de Bonsucesso. “Essa emergência está fechada desde 2020. Nós estamos, aqui, comemorando a abertura dessa emergência e de três emergências federais no Rio de Janeiro — nos hospitais Andaraí, Cardoso Fontes e, aqui, no Bonsucesso”, disse.

CPI da Covid

Lula e a ministra da Saúde, Nísia Trindade — também presente à reinauguração —, relembrou as irregularidades apontadas na CPI da Covid sobre o hospital, que teve forte influência política no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“Não é dia de inauguração de nada. O dia de hoje é da recuperação da decência que o povo do Rio sempre mereceu e, muitas vezes, as pessoas se esqueceram de garantir essa decência”, frisou Lula. “Não podemos permitir que político, seja deputado, senador, governador, mande no hospital. Quem tem de mandar são os especialistas da saúde. Isso não é comitê eleitoral de ninguém. Quem quiser voto, vá para a rua pedir. Aqui, as pessoas vêm para serem atendidas com respeito, para trabalhar, e o trabalho tem que ser dignificado com o bom tratamento que as pessoas merecem”, acrescentou.

O governo federal instaurou, no ano passado, o Plano de Reestruturação dos Hospitais Federais, para tentar conter a crise nas unidades de saúde, que estavam sem equipamentos, estruturas, funcionários e com diversas denúncias de corrupção.

“Nosso Plano de Reestruturação dos Hospitais Federais já deu certo. Tivemos que quebrar alguns ovos, mas abrimos caminho. Esse hospital não só pegou fogo (em 2020), mas estava nas principais páginas da CPI da Covid porque, no governo anterior, toda situação, que já era precária, se agravou muito mais. Pegamos um hospital abandonado, deteriorado, com servidores desmotivados”, destacou Nísia Trindade. (MS)

Ingerência de políticos

O Plano de Reestruturação dos Hospitais Federais, que inclui as seis unidades do tipo no Rio, modifica o modelo de gestão e discute a municipalização de alguns hospitais, numa tentativa de reduzir a dinâmica de ingerência de políticos locais na governança dessa parte do sistema de saúde.

POLÍTICA

Reeleição na Alerj anima Bacellar, mas Pampolha é obstáculo para 2026

Deputado quer disputar governo já na cadeira, o que demanda saída também do atual vice. Má avaliação de Castro pesa.

CAIO SARTORI E BERNARDO MELLO
politica@oglobo.com.br

A inédita reeleição por unanimidade para a presidência da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) consolidou o deputado Rodrigo Bacellar, que dirige o União Brasil no estado, como principal nome do grupo do governador Cláudio Castro (PL) para a sucessão no Palácio Guanabara. Bacellar tem falado abertamente sobre a possibilidade com aliados, mas sabe que a impopularidade do atual governo é um empecilho. Ele impõe outras condições para se sentir habilitado à disputa, como estar sentado na cadeira de governador durante a eleição — o que exige uma série de costuras complexas, sobretudo com o atual vice, Thiago Pampolha (MDB), também interessado em concorrer.

Bacellar recebeu 70 votos na segunda-feira e foi reconduzido ao comando do Legislativo. Ninguém votou contra, tampouco se absteve. Com base em acordos com a oposição, abocanhou até votos do PSOL e do PSD do prefeito do Rio, Eduardo Paes, provável adversário na eleição para governador. A vitória expressiva é lida como um sinal de que o parlamentar, sempre apontado como político duro e temperamental, conseguiu “unir a política” nos últimos meses.

Entre os nomes elencados como possíveis candidatos governistas, ele é quem desponta hoje como o mais avançado. Além dos movimentos locais, fez o gesto de “beijar a mão” do ex-presidente Jair Bolsonaro, sem o qual nenhum pré-candidato se viabiliza à direita.

— Sou muito grato pela lembrança do meu nome para projetos maiores. Se for em prol do grupo, para qualquer nome, estou dentro e vou até o final — disse na sessão em que foi reeleito.

Outro com anseio de entrar na eleição, o presidente estadual do MDB e secretário de Transportes, Washington Reis, é o favorito da família Bolsonaro, mas está inelegível por causa de uma condenação por crime ambiental, e o relator do caso em Brasília é o ministro Flávio Dino, indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF) por Lula (PT).

PAES MIRA EM CASTRO

Na visão de Bacellar, é fundamental concorrer ao cargo já estando na cadeira e tendo a máquina nas mãos. A equação é complexa: além de Castro se desincompatibilizar para disputar o Senado, o que tende a ocorrer, Pampolha também precisaria abrir mão do comando do estado e passar o posto para o presidente da Alerj. Só que o emedebista se coloca como candidato natural ao governo e faz seus movimentos para se viabilizar.

Foi ventilada a hipótese de Pampolha ganhar uma cadeira no Tribunal de Contas do Estado (TCE), mas o político de 37 anos não demonstra interesse no cargo. Outro acordo envolveria o emedebista abrir mão de tentar se reeleger no Guanabara, depois que Castro sair, e renunciar para concorrer a deputado. Hoje, no entanto, nenhum acordo está avançado.

eadesconfiançaentre as partes é notória.

Conforme noticiou a newsletter Jogo Político, do GLOBO, a briga interna promete ser dura. Pampolha soube que adversários estão começando a fazer um pente-fino nos postos de gasolina da família e em autuações que receberam por irregularidades contra o meio ambiente.

Outro obstáculo para Bacellar é a própria situação do estado, sobretudo na segurança pública. Provável candidato de oposição, Eduardo Paes tem explorado cada vez mais o tema, que pesquisas internas é apontado como preocupação para mais da metade dos fluminenses. Há o temor de que o prefeito faça de Castro uma espécie de candidato oculto, a fim de explorar a rejeição ao governador e associá-lo a Bacellar. Assim, repetiria decerto a forma que fez na reeleição municipal, quando rebateu críticas de Alexandre Ramagem (PL) pintando o bolsonarista como “apadrinhado” de Castro.

A aposta no grupo governista é de melhora na avaliação até o ano que vem, que seria motivada especialmente pelos mais de R\$ 10 bilhões aguardados com a futura outorga da concessão do gás no estado. Com alto índice de “regular” nas pesquisas internas, o Guanabara conta ainda com uma ampla rede de prefeitos na Região Metropolitana e no interior para tentar neutralizar a fortaleza de Paes, a capital, onde se espera que o prefeito vença por margem considerável.

Na cúpula do estado, a torcida é para que Lula seja candidato à reeleição, já que a sólida aliança entre o presidente e o prefeito faria Paes permanecer vinculado ao petista. Sondagens mostram que a aprovação de Lula no estado está baixa, e explorar o vínculo entre os dois é peça central da tentativa de minar o favoritismo do prefeito.

O grupo de Castro também faz cálculos em caso de desistência do petista em concorrer à reeleição. Com isso, cresceria a possibilidade de o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), encarar a eleição nacional contra outro candidato do PT.

Tarcísio conta, na sua administração, com o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab. Assim, Paes perderia o ônus de estar com o PT num estado que se mostra antipetista e muito afeito a valores da direita.

ACENO AO PP

Logo após a última eleição municipal, Paes acusou Bacellar, em entrevista ao GLOBO, de “ameaças e extorsões” na relação com Castro. Em resposta, foi chamado de “vagabundo” no plenário da Alerj.

Poucos dias depois, um gesto de Bacellar o ajudou a retomar a confiança de outros caciques locais que também demonstravam insatisfação com sua forma de fazer política, mas a manifestavam apenas reservadamente. Depois que o deputado federal Dr. Luizinho, presidente do PP no Rio, viu-se enfraquecido pelo escândalo dos transplantes infectados com HIV na rede estadual de Saúde — seu filão no governo —, Bacellar neutralizou a possibilidade de abrir uma CPI sobre o caso.

O PP só perde para o PL em número de prefeituras no Rio e é cobiçado por Paes para o ano que vem. Avançar sobre o grupo de partidos que dá sustentação ao governo Castro é fundamental para o prefeito não construir uma aliança limitada à centro-esquerda.

O GLOBO

07/02/2025

8

[voltar ao topo](#) 

POLÍTICA

Castro evita palanque com Paes e petistas em reabertura de hospital

20

SENADO
NA MÍDIA

Lula alfinetou o governador pela falta em evento: ‘foi convidado e não veio’.

Ao reinaugurar ontem a emergência do Hospital Federal de Bonsucesso, o presidente Lula alfinetou o governador Cláudio Castro (PL), aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, que não compareceu à cerimônia.

—O governador foi convidado e não veio. Não quero saber o partido do governador, a religião, o time que ele torce. Ele foi eleito pelo povo e foi convidado para estar aqui. Convido todos — afirmou sobre Castro, que fez críticas ao governo federal nas últimas semanas por causa do veto a pontos do projeto de renegociação da dívida dos estados.

Em nota, Castro afirmou que não compareceu porque estava voltando de Brasília, onde se reuniu com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e também tratou da concessão da ferrovia VitóriaRio

com a bancada federal do estado e o ministro dos Transportes, Renan Filho. Ainda de acordo com a nota, o governador ainda teve agenda com os novos presidentes do Senado e da Câmara.

Outro recado de Lula se concentrou no histórico de ingerência política nos hospitais federais do Rio, que envolve inclusive setores do PT.

— Isso aqui não é comitê eleitoral de ninguém. Quem quiser voto, que vá para a rua pedir — disse. — Senador não é dono de hospital, deputado não é dono de hospital, vereador não é dono de hospital.

Em coletiva de imprensa na semana passada, o presidente apontou que voltaria à “colheita” em 2025. A expressão se refere a colher os frutos políticos, com viagens pelo país, de entregas do governo, que teve piora de avaliação na última pesquisa Quaest.

Antes do acidente doméstico que o fez parar de viajar pelo país, o petista vinha prestigiando o Rio em diversas agendas. A avaliação do presidente é ruim no estado, berço do bolsonarismo. Para o ano que vem, o PT espera uma aliança com o prefeito Eduardo Paes (PSD), provável candidato a governador.

— Depois que o presidente se recupera, o primeiro lugar que ele escolhe para vir é o que ele mais ama, que é o Rio de Janeiro — comemorou Paes no hospital. — Quando Lula está no poder, o Rio melhora e avança.

Entre o segundo turno de 2002 e o de 2014, o PT venceu as eleições presidenciais no estado. A partir de 2018, no entanto, o bolsonarismo ocupou o espaço. A vitória nacional de Lula em 2022 foi a primeira do partido sem ter pintado

O governador foi convidado e não veio. Não quero saber o partido do governador, a religião, o time que ele torce. Ele foi eleito pelo povo e foi convidado para estar aqui. Convido todos

—
Lula, sobre a ausência de Castro, ontem, no Rio

o mapa fluminense de vermelho. Cientistas políticos costumam apontar a urgência da segurança pública, tema no qual a direita dá respostas mais sedutoras, como uma das explicações, além do predomínio de igrejas evangélicas nas áreas mais pobres.

Ontem, Lula participou da reabertura da emergência do Hospital Federal de Bonsucesso. Vitimado por um incêndio e fechado desde 2020, o espaço conta agora com 50 leitos em duas áreas, adulta e pediátrica. A medida faz parte do Plano de Reestruturação dos Hospitais Federais do Rio (leia mais na página 22).

Os hospitais da União no estado são historicamente conturbados, com problemas de administração e ingerência política. No ano passado, a prefeitura carioca assumiu o controle de duas unidades: Andaraí e Cardoso Fontes.

AUSÊNCIAS SENTIDAS

O Executivo federal tem reclamado da ausência de governadores da oposição em solenidades, como ocorreu com Castro ontem. No mês passado, o ministro de Transportes lamentou a ausência do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), no evento que oficializou a concessão de um trecho da BR-381 e afirmou que suas cobranças por investimento seriam mais políticas que efetivas.

Também no mês passado, o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), se ausentou de uma cerimônia para anunciar investimentos para obras em estradas em seu estado e não enviou representantes, o que gerou incômodo na gestão federal.

O GLOBO

07/02/2025

5

voltar ao topo 

POLÍTICA

Por aprovação, governo aposta em viagens para inaugurações .

Estratégia de ‘estar perto do povo’ é a mesma usada por Lula durante a crise do mensalão, em seu primeiro mandato.

JENIFFER GULARTE E SÉRGIO ROXO

politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Diante do momento mais difícil do seu terceiro mandato em relação à sua popularidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu uma virada de 180 graus em sua estratégia de viagens que visa reverter a curva negativa em sua aprovação e apresentar resultados obtidos pelo governo com foco em 2026. Hoje, o petista vai a Paramirim, na Bahia, para inauguração da primeira etapa da Adutora da Fé, sistema integrado de abastecimento de água que capta água no Rio São Francisco e leva para municípios com insuficiência hídrica. Ontem, ele esteve na reabertura da emergência do Hospital Federal de Bonsucesso, no Rio.

A estratégia é semelhante à adotada por Lula em seu primeiro mandato, no auge do escândalo do mensalão, quando rodou o país para tentar se afastar da crise política que enfrentava em Brasília.

Em meio às mudanças na comunicação que têm sido colocadas em prática pelo ministro da Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, a ideia é imprimir uma nova dinâmica às viagens presidenciais. As orientações envolvem menos tempo de palanque com autoridades — ainda que as falas políticas para a região permaneçam no roteiro, elas serão mais enxutas. O cerimonial da Presidência já foi avisado das alterações para que Lula tenha mais tempo de contato com o povo, fazendo com que isso seja captado em imagens e se transforme em engajamento nas redes sociais.

No Planalto, a meta é fazer que as viagens atinjam um público muito além da militância que está no palanque das cerimônias. Até Lula iniciar o roteiro, a equipe de Sidônio ensaiava essa estratégia buscando material no banco de imagens produzidas pelo fotógrafo Ricardo Stuckert que mostram o presidente circulando pelo país e conversando com as pessoas.

O entorno presidencial vê prejuízos políticos do período em que Lula ficou sem viajar ou teve roteiros abreviados, fase que começou em 19 de outubro, quando sofreu um acidente

doméstico no Palácio da Alvorada. Lula ficou sem viajar desde a segunda quinzena de novembro, período em que esteve para a cúpula do G20 no Rio.

Quando ensaiava o retorno das visitas pelo país, o petista foi submetido a uma cirurgia de emergência em 10 de dezembro, em São Paulo, o que o forçou a fazer outra pausa para repouso. A liberação para viagens ocorreu apenas em 27 de janeiro.

Na visão do seu círculo mais próximo, no Planalto Lula perde o termômetro da população, enquanto na rua “ganha o jogo” e consegue se desgrudar com mais facilidade dos desgastes do governo.

FOCO NA SAÚDE

Ao estreitar com um compromisso relacionado à área da saúde, Lula também tenta lançar holofotes para uma área que quer transformar em bandeira do seu terceiro mandato.

Com queda de aprovação no Nordeste, Lula também pediu atenção especial à região que é seu bastião eleitoral. Pesquisa Genial/Quaest divulgada no fim de janeiro apontou que 60% dos nordestinos aprovam a gestão na região. Em dezembro de 2024, eram 67%. Lula foi aconselhado pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e por Sidônio a priorizar a região nas agendas das próximas semanas.

Em Paramirim, Lula inaugura sistema que capta água.

— É uma região grande do semiárido baiano que não tem grandes mananciais, trazer Lula para essa inauguração faz toda diferença, porque ele mobiliza a própria percepção popular do que o governo tem feito — afirma o deputado federal Jorge Solla (PT-BA), que acompanhará os eventos.

Escalado pelo Planalto a mapear obras de grande porte da sua pasta que possam contar com a presença de Lula na inauguração, o ministro de Integração Nacional, Waldez Góes, afirmou que o presidente estará no Amapá, na próxima quinta-feira, para inauguração de um residencial e para lançar o início das obras do novo campus do Instituto Federal do Amapá.

Além da agenda positiva para o governo, o roteiro é estratégico por incluir o estado do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (UniãoAP), de quem Lula depende para aprovar projetos caros ao governo. Na mesma viagem, está previsto uma parada no Pará no dia 14, com anúncios voltados ao Minha Casa, Minha Vida, atendendo a sugestões de agenda feitas pelo ministro das Cidades, Jader Filho.

Ainda sem confirmação, auxiliares palacianos já preparam viagens para a terceira semana de fevereiro para Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com previsão de assinatura de contratos para a construção de novas embarcações para operações de logística de exploração e produção da Petrobras até 2028.

Já o Ministério do Desenvolvimento Social planeja com Lula viagens voltadas ao programa Acredita, que oferece crédito a pequenos empreendedores inscritos no CadÚnico. Para março, Lula deve viajar com foco no Bolsa Família.

A estratégia de intensificar as viagens foi a mesma usada por Lula durante o mensalão. Na época, assim como agora, a desaprovação do petista ultrapassou a aprovação. Havia ainda naquele momento um risco que Lula enfrentasse um processo de impeachment por causa das denúncias que surgiram em duas comissões parlamentares de inquérito instaladas para apurar o escândalo.

O presidente passou, então, a rodar o país. Na época, a estratégia deu certo aponto de a população não colar a sua imagem à crise da cúpula do governo como Congresso.

O cenário econômico da época, porém, era mais favorável. Houve superávit primário em todos os anos da primeira gestão, enquanto no ano passado houve um déficit de 0,1% nas contas públicas. O PIB cresceu 3,2% em 2005 e 4%, em 2006. Para este ano, as projeções são de crescimento entre 2,2% e 2,5%.

Ainda que não haja um mensalão em curso, auxiliares apontam que dessa vez Lula enfrenta uma crise ainda mais séria, que envolve a inflação de alimentos, por mexer diretamente no poder de compra da população.

REGULAÇÃO DAS REDES

Ontem, em entrevista a rádios da Bahia, Lula voltou a cobrar que o Congresso regule as plataformas digitais e defina a responsabilidade das empresas sobre o conteúdo publicado nas redes sociais; caso contrário, o papel caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF):

—Nós precisamos regular a chamada imprensa digital. No digital não tem lei. Os caras acham que podem fazer o que quiser, que não tem nada para punir. (...) Nosso Congresso tem responsabilidade e vai ter que colocar isso para regular. Se não for o caso, a Suprema Corte vai ter que regular, porque é preciso moralizar.

Leia em: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

MANCHETES

CONTRA A INFLAÇÃO, LULA PEDE BOICOTE A ALIMENTOS CAROS

'Quem está vendendo terá de baixar, senão vai estragar', disse

Com a alta dos alimentos pesando na popularidade do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu aos consumidores que não comprem produtos que julguem estar excessivamente caros. "Se todo mundo tiver consciência e não comprar aquilo que acha que está caro, quem está vendendo vai ter de baixar para vender, porque, senão, vai estragar", afirmou às rádios MetrÓpole e Sociedade, da Bahia. "Esse é um processo educacional que nós vamos ter que fazer com o povo", completou Lula, que nas próximas semanas se reunirá com produtores de carne e de arroz para tratar de preços. O do café ainda deve subir até 25%, prevê o setor.

PÁGINA B1

CONTRA ALTA DE PREÇOS DE ALIMENTOS, LULA SUGERE BOICOTE A PRODUTOS CAROS

Em entrevista a rádios da Bahia, presidente afirma que vendedor terá de baixar preço para que produto não estrague; Lula fala ainda em "processo educacional" do consumidor

GABRIEL HIRABAHASI

SOFIA AGUIAR

BRASÍLIA

Acosado pelo aumento de preços dos alimentos nos últimos meses, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ontem para que os consumidores deixem de comprar produtos que estejam muito caros. Segundo ele, isso funcionaria como uma forma de pressão para reduzir os preços e ajudar a controlar a inflação. Lula falou ainda em "processo educacional" para que a população não seja "extorquida".

"Uma das coisas mais importantes para a gente poder controlar o preço é o próprio povo. Se você vai ao supermercado e desconfia que tal produto está caro, você não compra", afirmou Lula, em entrevista às rádios MetrÓpole e Sociedade, da Bahia. "Se todo mundo tiver consciência e não comprar aquilo que acha que está caro, quem está vendendo vai ter de baixar para vender, porque, senão, vai estragar."

Na sequência, Lula disse que esse "é um processo educacional que nós vamos ter de fazer com o povo brasileiro". "É necessário que a gente faça isso. O povo não pode ser extorquido. A pessoa sabe que a massa salarial cresceu, que o salário aumentou, aí aumenta o preço. Não, é preciso ter responsabilidade."

A alta de preços dos alimentos já pesa na popularidade de Lula, segundo pesquisa divulgada pela Quaest na semana passada. Oito em cada dez entrevistados disseram ter percebido aumentos de valores no último mês.

Lula disse ainda estar “trabalhando com muito afinco para solucionar o preço dos alimentos” e adiantou que na próxima semana terá reunião com produtores de carne e de arroz para discutir o assunto. “Comida barata na mesa do trabalhador é algo que estamos perseguindo.”

Como o Estadão noticiou, emissários do presidente já têm questionado representantes de setores produtores de óleo de soja e milho sobre aumentos de preços registrados desde 2024. No fim de janeiro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, chegou a dizer que o governo avaliaria a redução de tarifas de importação de alguns alimentos para tentar frear as remarcações de preços no País – proposta recebida com ceticismo por especialistas.

Um dia antes da declaração feita por Costa, o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, havia afirmado que sua equipe vai trabalhar para reduzir os custos do vale-alimentação e do ticket refeição, e descartou subsídios ou redução de impostos.

Um levantamento da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) indica que os brasileiros de menor renda estão pagando a maior parte da conta da disparada da inflação de alimentos. O custo de vida das famílias das classes E e D, com renda de até três salários mínimos (R\$ 4.554), subiu 5,14% no ano passado na Região Metropolitana de São Paulo, superando a média da inflação dos paulistanos como um todo no período, que foi de 4,97%.

Na avaliação de economistas, esse quadro poderia mudar com a entrada da safra recorde de grãos neste ano e com a queda recente do dólar, depois da disparada registrada no ano passado – quando a moeda americana chegou ao patamar de R\$ 6,30.

‘ARAPUCA’. Ainda na entrevista, Lula defendeu que o agronegócio brasileiro produza mais alimentos para que o preço da comida seja barateado. E negou qualquer possibilidade de fazer um congelamento de preços para evitar novos aumentos. “Temos de ver o que fazer para garantir que a cesta básica caiba no orçamento do povo com certa flexibilidade”, disse o presidente.

Ele repetiu que a inflação nos seus dois primeiros anos de governo foi menor que no governo Bolsonaro e que, apesar de a economia viver “seu melhor momento”, as cotações do dólar ainda são fator de preocupação para o governo.

Nesse ponto, voltou a criticar a antiga gestão do Banco Central, sob o comando de Roberto Campos Neto. Segundo Lula, Campos Neto teve uma gestão “totalmente irresponsável” e deixou “uma arapuca que a gente não pode desmontar de uma hora para a outra”, em referência à trajetória da taxa de juros.

“O problema sério é que tivemos um aumento do dólar porque a gente teve um Banco Central totalmente irresponsável, que deixou uma arapuca que a gente não pode desmontar de uma hora para a outra. A gente não pode dar um cavalo de pau em um navio do tamanho do Brasil”, disse Lula, poupando o novo presidente do BC, Gabriel Galípolo, de qualquer crítica.

Lula disse ainda “ter certeza” de que o **Congresso vai aprovar projeto que aumenta a faixa de isenção do Imposto de Renda** para as pessoas que ganham até R\$ 5 mil. A proposta ainda não foi enviada para a análise do Legislativo.

“Se todo mundo tiver consciência e não comprar aquilo que acha que está caro, quem está vendendo vai ter de baixar para vender”

Luiz Inácio Lula da Silva

ARTIGOS

ANTONIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA - Uma PEC e suas nefandas consequências

O projeto de inclusão na Constituição federal da declaração de que a vida se inicia com a concepção está gerando interpretações precipitadas, especialmente por parte daqueles que combatem o aborto e o fazem com tal ardor que beira o fanatismo. Não emprestam nenhuma atenção a inúmeras ponderações de ordem filosófica, jurídica e especialmente social que circulam em torno da afiliva questão.

Uma dessas interpretações açodadas e, portanto, irrefletidas refere-se às hipóteses em que a cessação da gravidez é aceita pelo ordenamento jurídico. Desde 1940, com a edição do Código Penal, é legítima e legal a interrupção gestacional quando não houver outro meio para salvar a vida da mãe ou na hipótese de gravidez decorrente de estupro. O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, em 2012 ampliou esse rol, ao decidir que impedir o nascimento de feto anencéfalo não constitui a figura típica do aborto.

Aqueles que se dizem defensores intransigentes da vida afirmam que a partir da aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) as permissões constantes do Código Penal e a própria decisão do Supremo não mais estarão em vigor.

As causas de isenção de crime passarão a ser letra-morta.

Assim, são defensores do nascimento de um ser fadado ao perecimento logo após o seu nascimento, no caso de anencéfalo. Ademais, aceitam a morte da parturiente em benefício da vida do nascituro. Por outro lado, o feto fruto de um estupro terá que progredir até nascer, estando destinado a uma vida possivelmente desprovida do amor filial e da aceitação social. Repelem cada uma das causas excludentes de criminalidade expostas no Código Penal há 85 anos. Um retrocesso decorrente de um conservadorismo obtuso, predador, que representa a negação do humanismo como valor básico de sustentação de uma civilização baseada no respeito e no amor ao próximo.

Essa miopia, portanto, revela uma cegueira humana e social que leva os “paladinos da vida” a um irrealismo e a uma insensibilidade que provocam indignação e revolta. A sua obstinada posição impede que atentem para fatores imponderáveis, alguns, e conhecidos e previsíveis outros que colocam a maternidade como um prenúncio de padecimentos para a mãe e para o filho.

Quando a gestante carente de recursos opta pelo aborto clandestino, ela está colocando em risco a sua vida, em razão das condições precárias, insalubres, verdadeiramente mórbidas em que o ato irá ser realizado. A proibição do aborto, que pretende preservar a vida, paradoxalmente está pondo em risco a vida da mãe, e não protegendo a do nascituro.

Os seus ferrenhos adversários não possuem coerência em suas posições. Em sua maioria são favoráveis à adoção da pena de morte, bem como aplaudem as ações violentas da polícia, mesmo que levem a consequências letais. Vê-se, pois, que seu fanatismo em prol da vida é seletivo. Cessação da gravidez pelo aborto, não, mas extinção da vida por meio de execuções é admissível.

A triste realidade é que a pobreza e a falta de condições para uma existência com um mínimo de dignidade tiram de milhares de mulheres brasileiras a suprema felicidade de ser mãe.

Se o aborto é atentatório à moral, à ética e a preceitos religiosos, uma vida desprovida de

condições mínimas de dignidade, amparo material e proteção social é imoral e atentatória a preceitos humanitários. Especialmente aquela gerada nas condições expostas pela lei penal como justificadoras do aborto.

Voltando ao tema da proposta constitucional, dizer que a vida tem início com a concepção em absoluto significa estarem revogadas as hipóteses permissivas do aborto. Diante do entendimento contrário também se afastará do ordenamento jurídico a exclusão de ilicitude do homicídio praticado em legítima defesa. Explico: ao entender-se que o aborto constitui crime pois a vida tem início desde a concepção, afastando as causas de exclusão do crime, o mesmo se dará com a legítima defesa que não mais poderá justificar o homicídio mesmo que praticado de acordo com os pressupostos previstos em lei.

O feto abortado, assim como a vítima do homicídio, são seres vivos desde sua concepção. Se forem afastadas as causas legais do aborto porque a vida tem início com a concepção deve-se excluir a legítima defesa como justificativa do homicídio, pela mesma razão. Se as circunstâncias que justificam o aborto não mais excluem o crime, também aquelas que caracterizam a legítima defesa não devem perdurar, pois a vida tem início com a concepção. Deve-se observar que o legislador penal, ciente de que a conduta humana não é linear nem imutável, pois varia de acordo com comportamentos impostos pela própria vida, houve por bem flexibilizar a lei penal, adaptando-a a eventos imprevisíveis, retirando o originário caráter delituoso dessas condutas.

O aborto tem as suas raízes basicamente assentadas em situações humanas algumas, e sociais outras, que não podem ser olvidadas quando se discute a sua criminalização, principalmente quando ela decorre de interpretações oblíquas, tendenciosas e que trazem consequências para o ordenamento jurídico penal, atingindo institutos que têm origem na própria natureza humana, como o da legítima defesa.

(...)

ADVOGADO

Leia mais :<http://digital.estadao.com.br>

O ESTADO DE S. PAULO

07/02/2025

COLUNAS, B2

[voltar ao topo](#) 

COLUNAS

CELSO MING - A economia e o estrago eleitoral

A conversa geral em Brasília agora é sobre a necessidade de equilibrar as contas públicas. Mas a atitude do governo, até agora, não passa firmeza.

O presidente Lula mudou em alguma coisa seu discurso. Repete que defende a responsabilidade fiscal, que não deixará que as despesas estourem sobre as receitas e insiste em que obteve déficit zero em 2024, sem levar em conta que a dívida pública saltou dos 71,7% do PIB em 2022 para 76,1% do PIB em 2024. E ainda garante que não vai adotar nenhuma providência para conseguir algum superávit fiscal. Ao contrário, desautoriza seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que reconhece a existência de um rombo e não conta com bala de prata para abatê-lo.

O novo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, pede mudança de rumo na economia “porque não há crescimento com caos econômico”, como disse à CNN. Por aí se vê que o propalado acordo entre Executivo e Legislativo deve ser visto com ressalvas.

Lula parece ter entendido que a capacidade de obter bons resultados nas eleições de 2026,

fato político que já está à vista, depende de uma boa condução da economia.

Mas a inflação e, mais do que isso, a percepção do consumidor de que a alta dos alimentos vai corroendo a capacidade de compra do seu salário conspiram contra esse objetivo. Até agora, o governo, especialmente o ministro chefe da Casa Civil, Rui Costa, girou em falso na busca de uma solução para o problema. O ministro já sugeriu intervenção nos preços, o que prontamente corrigiu, falou em importar alimentos e pretendeu resolver tudo com uma conversa com comerciantes e produtores.

Enquanto isso, a pressão inflacionária começa a se espalhar para a área dos serviços. Em nenhum momento, o governo reconhece que a principal fonte do avanço do custo de vida está na disparada das despesas públicas, que criam demanda acima da capacidade de oferta da economia. Ou que o Banco Central tem de se encarregar sozinho do serviço de combater a inflação, na contramão do governo.

O Congresso, por sua vez, vai diagnosticando as fraquezas do governo e age de acordo com seu jogo. Já viu que um ministro da Fazenda “fraco”, como apontou Gilberto Kassab, é boa brecha por onde meter seus aríetes. E por que Lula não lhe transmite força além dos elogios de gogó? Provavelmente porque teme que uma boa condução da economia fortaleça Haddad como eventual candidato para 2026.

Está em curso forte desaceleração da atividade econômica. Em compensação, os níveis de desemprego são os mais baixos da história, o dólar resvalou para abaixo dos R\$ 6, uma safra agrícola recorde vem vindo aí e as exportações do Brasil por enquanto estão fora da mira da metralhadora giratória de Trump.

Embora um tanto tarde, este é o momento certo para a virada, desde que não se limite a meros recursos de marketing.

(...)

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Leia mais :<http://digital.estadao.com.br>

O ESTADO DE S. PAULO

07/02/2025

COLUNAS, A2

[voltar ao topo](#) 

COLUNAS

ROSEANN KENNEDY - Coluna do Estadão

Brasileiros reagem à gestão Trump com tristeza e solidão nas redes sociais, diz estudo

Os brasileiros têm reagido com tristeza e solidão nas redes sociais em relação ao início do novo governo de Donald Trump nos Estados Unidos. O sentimento negativo é registrado inclusive no X do bilionário Elon Musk, conselheiro trumpista. Levantamento da agência Latam Intersect obtido pela Coluna aponta as principais emoções identificadas nas redes na primeira semana da gestão. No X, solidão aparece com 43,2%, tristeza com 20,3% e 11,4% são de medo. Os usuários brasileiros na rede de Musk ainda agiram com repulsa (9,1%) e expectativa (8,3%). No Facebook e no TikTok, o quadro foi semelhante, especialmente sobre os dois primeiros sentimentos, segundo o relatório de análise emocional da agência.

ATRASADO. Quatro meses antes de o teto da Igreja São Francisco de Assis, em Salvador, desabar, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) se comprometeu a investir R\$ 1,2 milhão para restaurar o prédio. O superintendente do Iphan na Bahia,

Hermano Guanaes, o guardião do templo, frei Pedro Jr. Freitas, e representantes do governo da Bahia e da prefeitura de Salvador assinaram o documento.

OUTRO LADO. Procurado pela Coluna, o Iphan não respondeu quanto dos recursos já investiu. Citou, genericamente, que o plano era contratar serviços técnicos para elaborar o projeto de restauração do templo.

CONJUNTO. Na reunião que firmou o acordo para a restauração, o superintendente do Iphan na Bahia disse que a preservação da igreja era um “passo significativo” e “uma responsabilidade compartilhada”.

CONSTATAÇÃO. Relator do Orçamento da União de 2025, o senador **Ângelo Coronel (PSB-BA)** afirmou num artigo enviado a empresários do Esfera Brasil que “o Executivo subestimou riscos” da inflação ao enviar o projeto da lei orçamentária ao Congresso. “O salário mínimo projetado ignorava estimativas mais realistas do INPC”, observou.

DESABAFO. O texto com o título “Técnica e política na corda bamba da sustentabilidade fiscal” critica também disputa de poder sobre quem deve definir o gasto público. “Se o orçamento fosse só uma planilha, não precisaríamos de democracia. O Executivo esquece que seu próprio projeto é amplamente contestado por órgãos federais, que imploram ajustes a esse relator”, continuou.

AGENDA. A aprovação do Orçamento é prioridade do Planalto, mas com o clima azedo ainda não tem data para votação.

PENSE BEM. A Associação Nacional da Indústria da Música vai entregar hoje à Prefeitura de São Paulo um estudo apontando que a música ao vivo de rua na Avenida Paulista tem impacto econômico estimado em R\$ 30 milhões por ano, por beneficiar o comércio local.

REAÇÃO. O documento ressalta a importância da regulamentação da atividade. No último domingo, uma ação da subprefeitura da Sé proibiu apresentações com caixa de som. A Prefeitura disse que atua apenas em casos excepcionais com grandes estruturas como palcos e mesa de som.

CLICK. Carlos Veras, 1º secretário da Câmara (PT-PE). Participou da contagem de votos e empossou os novos representantes do Comitê de Imprensa da Câmara, agora presidido pelo jornalista Pedro Figueiredo.

PRONTO, FALEI!

Tereza Cristina

Senadora

“O governo Lula só demonstrou preocupação com a inflação de alimentos quando sua popularidade foi afetada. Surgiram, então, várias ideias atabalhoadas.”

(...)

COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA

Leia mais :<http://digital.estadao.com.br>

Pé-de-Meia pode entrar na pauta na próxima semana

O ministro do TCU Augusto Nardes vai pautar para a próxima semana votação de recurso do governo para liberar as verbas do **programa Pé-de-Meia**, bloqueadas pela Corte por terem sido operadas fora do Orçamento. Nardes se reuniu na terça-feira com os ministros da Educação, Camilo Santana, e da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, para tentar resolver o impasse em torno do bloqueio.

Um dos principais programas do governo, o Pé-de-Meia é uma bolsa criada pelo governo federal para beneficiar estudantes de ensino médio com R\$ 200 por mês e uma poupança adicional de R\$ 1 mil ao fim de cada ano da etapa. A iniciativa tem custo aproximado de R\$ 5,7 bilhões por ano.

O TCU bloqueou os recursos de fundos privados que foram direcionados para o Pé-de-Meia e não passaram pelo Orçamento. O entendimento da Corte é de que o governo não poderia ter operado o programa dessa forma, pois se desviou da lei orçamentária e dos limites fiscais ao pagar a bolsa para os estudantes./ **PAULA FERREIRA/BRASÍLIA**

Câmara 'virtual' apequena democracia

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), começou bem sua gestão ao indicar que a retomada do rito legislativo ordinário será uma de suas prioridades à frente da Casa pelos próximos dois anos. Como se sabe, o antecessor de Motta no cargo, Arthur Lira (PPAL), controlava com mão de ferro a agenda legislativa, não raro usando suas prerrogativas para dificultar, quando não interditar, o livre debate democrático sobre determinados projetos. Com o mesmo poder concentrado com que fazia avançar rapidamente matérias que lhe agradavam, por vezes moldando o Regimento Interno aos seus humores, Lira podia enterrar qualquer projeto que não se coadunasse com os interesses de ocasião de seu grupo político.

Malgrado ter sido ungido pelo próprio Lira, Motta, ao que parece, pretende caminhar na direção diametralmente oposta à de seu padrinho na eleição para a presidência da Câmara. Sob sua gestão, segundo consta, o trabalho das comissões temáticas será fortalecido, a pauta de votações será mais previsível e mais bem articulada pelo colégio de líderes e o recurso ao regime de urgência será mais parcimonioso. Tão profusas foram as votações em regime de urgência durante os quatro anos em que Lira presidiu a Câmara que a própria noção do que era ou não premente para o País acabou prejudicada.

A rigor, o regime de urgência, que dispensa algumas formalidades previstas no Regimento Interno, só deve ser adotado para projetos que tratam da defesa da sociedade democrática e das liberdades fundamentais, providências para atender a calamidade pública, declaração de guerra, Estado de Defesa, Estado de Sítio ou intervenção federal nos Estados, deliberação sobre acordos internacionais e fixação dos efetivos das Forças Armadas, entre outros casos

pontuais.

O que se viu nos últimos anos, porém, foi a conversão dessa importante norma regimental – que deveria ser usada, por óbvio, com extrema cautela e aguçado senso de prioridade – em uma espécie de burla do trâmite legislativo ordinário para pôr em discussão ou votação relâmpago matérias que nem com um enorme esforço interpretativo poderiam ser consideradas “urgentes”. Exemplo gritante dessa exegese abusiva da urgência, no melhor cenário, ou maliciosa, no pior, foi a tramitação do Projeto de Lei (PL) 1.904/2024, que equipara aborto a homicídio simples. A votação da “urgência” desse PL foi pautada por Lira sem aviso prévio; a deliberação, chamemos assim, não durou mais do que 30 segundos até a aprovação. Diante do “tratoração” e da repercussão negativa na sociedade, o PL 1.904 saiu da agenda, atestando que de urgente não tinha coisa alguma.

Dito isso, Hugo Motta falha miseravelmente ao persistir no erro de manter as votações remotas, realizadas por meio de aplicativo instalado no celular dos deputados. Este foi outro subterfúgio usado por seu antecessor para abastardar o debate na Câmara. Ninguém de boa-fé haverá de discordar que as votações remotas serviram muito bem ao País durante a pandemia de covid19, pois era inconcebível a ideia de um Parlamento fechado em plena emergência sanitária. Entretanto, superada a pandemia, nada mais natural do que a retomada do trabalho presencial pelos parlamentares.

É lamentável, portanto, o regime de trabalho defendido por Motta no colégio de líderes. Segundo o presidente da Câmara, a presença dos deputados no plenário da Casa só será exigida às quartas-feiras – e apenas entre 16 e 20 horas. As sessões serão “híbridas” às terças-feiras, vale dizer, com registro de presença física, mas votação pelo celular. Já às quintas-feiras, tanto a presença como a votação serão totalmente remotas, o que é um convite para que os deputados já deixem Brasília na quarta-feira à noite.

A essência da democracia reside no livre debate entre os representantes da sociedade no locus apropriado, o Parlamento. É dessa interação real entre deputados favoráveis ou contrários a determinada matéria, por vezes acalorada por estarem uns diante dos outros no plenário, confrontando argumentos, que emergem textos mais equilibrados e ajustados às reais necessidades do País.

(...)

Leia mais :<http://digital.estadao.com.br>

O ESTADO DE S. PAULO

07/02/2025

POLÍTICA, A6

[voltar ao topo](#) 

POLÍTICA

Oposição cobra transparência sobre gastos de Janja

O líder da oposição na Câmara, deputado Zucco (PL-RS), apresentou uma série de pedidos de informação para que o governo esclareça a atuação da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, no Palácio do Planalto. A iniciativa ocorre após o Ministério Público Federal abrir inquérito sobre possíveis irregularidades na Presidência.

Os pedidos são direcionados a cinco ministros: Rui Costa (Casa Civil), Vinícius Carvalho (Controladoria-Geral da União), Mauro Vieira (Relações Exteriores), Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento). O governo tem 30 dias para responder aos questionamentos.

Os documentos solicitam detalhes sobre o papel de Janja no Planalto, os gastos com passagens e diárias no exterior, a legalidade de representar o Brasil oficialmente em

32

SENADO
NA MÍDIA

eventos e o sigilo sobre suas atividades. Também questionam se há investigações sobre violações de normas éticas. Para Zucco, a primeira-dama tem exercido um papel que ultrapassa suas funções institucionais. O documento foi assinado por 20 deputados. Diante das críticas, Janja divulgou na segunda sua agenda diária nas redes sociais. Sua assessoria disse que a prática deve ser mantida./ HENRIQUE SAMPAIO

O ESTADO DE S. PAULO

07/02/2025

POLÍTICA, A7

voltar ao topo 

POLÍTICA

Presidente defende regulação de ‘imprensa digital’; Secom corrige

GABRIEL HIRABAHASI

SOFIA AGUIAR

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem a regulação do que chamou de “imprensa digital” e a participação do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF) no debate sobre o assunto. O petista não foi claro ao explicar o que seria “imprensa digital” – se seriam sites jornalísticos hospedados na internet ou plataformas digitais de redes sociais, como X e Facebook.

“Nós precisamos regular essa chamada imprensa digital. Não é possível que, em uma imprensa escrita, o cidadão falou uma bobagem e é punido. Tem lei para isso. No digital, não tem lei. Os caras acham que podem fazer o que quiser, xingar, provocar, incentivar morte, promiscuidade. E não tem nada para punir. Não é possível que um cidadão ache que possa interferir na cultura de outros países”, afirmou o presidente durante entrevista concedida às rádios Metrôpole e Sociedade, da Bahia.

A Secretaria de Comunicação Social do Palácio do Planalto esclareceu depois que Lula defendeu a regulação de plataformas digitais. Ao Estadão/Broadcast, a pasta afirmou que não é a primeira vez que o presidente manifesta preocupação com a atuação das plataformas e que isso não tem relação com conteúdo jornalístico da imprensa convencional.

ATUAÇÃO. As publicações em redes sociais, no entanto, já são passíveis de punição. Em 2022, por exemplo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atuou contra várias publicações que considerou desinformação e mandou as plataformas retirarem posts do ar.

Influenciadores também já foram condenados a pagar indenizações a políticos por publicações consideradas ofensivas ou difamatórias – como no caso envolvendo Felipe Neto e o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL).

Lula disse entender que “todo mundo tem direito à liberdade de expressão” e destacou o papel dos Poderes na discussão do tema. “Nosso **Congresso Nacional** tem responsabilidade e vai ter que colocar isso para regular; se não for o caso, a Suprema Corte vai ter que regular. É preciso moralizar.”

“Todo mundo tem direito à liberdade de expressão, mas isso não é utilizar meios de comunicação para canalhices, para mentir todo santo dia. Quanto mais liberdade, mais responsabilidade”, declarou.

Nesta semana, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que o Supremo não deveria se envolver na regulamentação das redes sociais. O deputado deu a declaração durante entrevista à CNN Brasil.

“Não é possível que, em uma imprensa escrita, o cidadão falou uma bobagem e é punido. Tem lei para isso. No digital, não tem lei. Os caras acham que podem fazer o que quiser”

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

O ESTADO DE S. PAULO

07/02/2025

POLÍTICA, A8

[voltar ao topo](#) 

POLÍTICA

Câmara tem mais uma proposta que pode favorecer ex-presidente

Em nova iniciativa para tentar reverter a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o deputado Hélio Lopes (PL-RJ) protocolou anteontem na Câmara projeto de lei complementar que altera a Lei da Ficha Limpa. O texto prevê a exigência de condenação penal para a inelegibilidade por abuso de poder econômico ou político – Bolsonaro foi condenado pela Justiça Eleitoral./ **KARINA FERREIRA**

O ESTADO DE S. PAULO

07/02/2025

POLÍTICA, A7

[voltar ao topo](#) 

POLÍTICA

PEC do Semipresidencialismo é protocolada

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposta de emenda à Constituição (PEC) do Semipresidencialismo foi protocolada ontem, impulsionada após declaração do presidente da **Câmara dos Deputados**, Hugo Motta (Republicanos-PB), em defesa do parlamentarismo, na terça-feira. O número mínimo de 171 assinaturas para atender às condições de protocolo foi alcançado anteontem. A PEC conta com o apoio de líderes da Casa. O semipresidencialismo é um modelo de governo em que o presidente da República divide o poder com um primeiro-ministro – eleito pelo **Congresso**. O texto, de autoria do deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR), dá ao premiê a capacidade de definir o plano de governo e o controle do Orçamento, além de empoderar a Câmara, que pode votar sozinha as moções de confiança e censura. Segundo o texto apresentado, o primeiro-ministro seria nomeado pelo presidente da República após consulta a membros do Congresso maiores de 35 anos./ **LEVY TELES**

Bolsonaro se reúne com o autor de projeto que afrouxa a Ficha Limpa

INELEGIBILIDADE

RAISA TOLEDO

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se reuniu com o deputado Bibó Nunes (PL-RS), autor do projeto que altera a Lei da Ficha Limpa para fixar um tempo de inelegibilidade de dois anos. A mudança tornaria Bolsonaro elegível na eleição presidencial de 2026.

Em publicação no Instagram, anteontem, o parlamentar compartilhou um registro do encontro. “Oito anos (de inelegibilidade) é tempo que permite muita injustiça. Hugo Motta, presidente da Câmara de Deputados, diz que oito anos é muito tempo”, escreveu Bibó Nunes em referência ao tempo de inelegibilidade que a lei prevê atualmente.

Em entrevista à CNN Brasil, Motta disse considerar o período “extenso”. “Se houver interesse de algum partido, de algum parlamentar em discutir isso, aí o Congresso vai discutir”, declarou o novo presidente da Câmara.

No momento, o **Projeto de Lei Complementar (PLP) 141/2023** está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e teve o deputado Filipe Barros (PL-PR) designado como relator. Bibó Nunes afirmou em suas redes que a aprovação da medida será uma prioridade do PL. Segundo o deputado, a suspensão dos direitos políticos por oito anos “serve para punições políticas, não criminosas”. “Criminoso tem que ir para a cadeia, e aí fica inelegível ao natural”, escreveu na publicação em que aparece com Bolsonaro.

O ex-presidente acumula duas condenações na Justiça Eleitoral e está impedido de concorrer a cargos eletivos até 2030. Bolsonaro foi acusado de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação ao questionar, sem provas, a segurança das urnas eletrônicas em 2022.

COLUNAS

RODRIGO CONSTANTINO - Lula humilha os pobres

Por Rodrigo Constantino 06/02/2025 às 17:11 Atualizado em 06/02/2025 às 17:13

Errar é humano, mas insistir no erro... Podemos perdoar quem votou no PT uma vez, mas e quem votou duas, três ou até quatro vezes? Depois de tudo que o governo lulista fez, teve mesmo gente que acreditou em chuva de picanha? É preciso um grau de alienação realmente espantoso para cair nessa ladainha.

E eis que, agora, o presidente Lula humilha seus eleitores mais pobres. Enquanto libera bilhões de uma Rouanet recorde para companheiros artistas, ou coloca sigilo de cinco anos em documentos sobre os irmãos Batista da JBS na Venezuela, o recado que Lula dá para o eleitor mais humilde é o seguinte:

“Se você vai no supermercado aí em Salvador, e você desconfia que tal produto tá caro, você não compra. Ora, se todo mundo tiver essa consciência de não comprar aquilo que ele acha que está caro, quem está vendendo vai ter que baixar para vender, porque senão vai estragar”.

Eu queria comprar um Porsche, mas estava caro demais, então comprei um Fusquinha 1976. Chupa, Porsche! Agora a montadora alemã vai ter que reduzir o preço na marra e vou me dar bem! Aprendi economia com o professor Lula

Já tivemos ministros lulistas recomendando a substituição de produtos melhores por piores, e agora Lula resolve dar um passo extra e recomendar a fome como estratégia de combate à inflação! Depois de prometer picanha, Lula recomenda que o povo deixe o produto na prateleira se estiver caro. Nem só de pão vive o homem, não é mesmo?

Eu queria comprar um Porsche, mas estava caro demais, então comprei um Fusquinha 1976. Chupa, Porsche! Agora a montadora alemã vai ter que reduzir o preço na marra e vou me dar bem! Aprendi economia com o professor Lula...

Isso tudo, vale lembrar, num contexto de arrecadação recorde do governo! Ou seja, o problema é mesmo o rombo fiscal, a gastança descontrolada, a corrupção, um governo perdulário e irresponsável que precisa alimentar as boquinhas famintas de seus comparsas enquanto esmaga deliberadamente as classes média e baixa.

E Fernando Haddad quer mais impostos! “O que nós vamos procurar fazer é, sem aumentar a carga tributária, porque isso é um compromisso com o Congresso Nacional, equilibrar o jogo entre os pobres e os ricos, porque os ricos pagam, proporcionalmente, muito menos impostos do que os pobres. Essa é a distorção que está sendo resolvida.” Ninguém acredita que não haverá aumento de carga, aliás...

O Brasil voltou. Ação do governo Lula contra a fome abastece ONGs de petistas que não entregam refeições previstas, diz jornal. As marmitas invisíveis que enchem os cofres dos companheiros, mas não a barriga do pobre.

Enquanto o Brasil segue desmoronando em corrupção, censura e autoritarismo, os iluminados de toga lançam... acessórios de moda. Como resumiu a advogada Fabiana Barroso, o STF agora é boutique de luxo, mas a mercadoria principal continua sendo a destruição das liberdades individuais. O seu dinheiro pagou gravatas e lenços com o símbolo do STF para ministros darem de presente.

(...)

República

Marina nega influência em decisão sobre Margem Equatorial

Por Camila Abrão
06/02/2025 às 21:53

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou nesta quinta-feira (6) que não tem influência no processo de licenciamento para exploração de petróleo na Margem Equatorial. Ela defendeu a autonomia técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para decidir.

A prospecção na Margem Equatorial, que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte, depende da autorização do Ibama, que rejeitou um pedido da Petrobras para perfurar a região em 2023.

“Não cabe a mim, como ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, exercer qualquer influência sobre essas licenças, do contrário, não seriam técnicas”, disse Marina, em nota.

“Também não é do Ibama ou do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) a competência para a definição do caminho da política energética brasileira, mas do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Logo, Ibama ou MMA não têm atribuição para decidir se o Brasil vai ou não explorar combustíveis fósseis na Foz do Amazonas ou em qualquer outra bacia sedimentar brasileira”, acrescentou.

A negativa gerou um impasse no governo. De um lado, a estatal, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente Lula (PT) defendem a prospecção. Do outro, Marina e o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, questionam a exploração diante da possibilidade de danos ambientais.

“Por duas vezes, em minha gestão, o Ibama emitiu pareceres técnicos em relação ao pedido sob domínio da Petrobras. Em maio de 2023, indeferiu a licença. Posteriormente, a empresa apresentou novamente o projeto, e em outubro de 2024, o Ibama solicitou o envio de ajustes e complementações”, apontou a ministra.

Nesta terça (4), a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que a empresa cumpriu todas as exigências do Ibama. Lula disse que Marina não tem culpa pela demora da autorização, mas reforçou que o país precisa do petróleo da Margem Equatorial.

“A Marina não é a responsável. Temos que fazer a coisa com muita clareza e estudo porque temos que tomar conta do país. Nós queremos o petróleo para fazer a transição energética porque vai precisar de muito dinheiro”, afirmou o presidente em entrevista a rádios de Minas Gerais na quarta (5).

A ministra destacou que “tanto MMA quanto Ibama não dificultam nem facilitam os processos de licenciamento, mas cumprem o que mandam a legislação e os procedimentos nela respaldados”.

Marina considera que Lula também está preocupado com a região, pois “sabendo do alto impacto ambiental de alguns empreendimentos, o governo federal os encaminhou para estudos e análises, em lugar de inseri-los diretamente ao PAC quando de seu relançamento em 2023”, é “o caso da Margem Equatorial”.

Ela ressaltou que cabe aos órgãos responsáveis tomar decisões e “agir sempre em conformidade com diretrizes que salvaguardam melhores e maiores benefícios em prol dos interesses presentes e futuros da população”.

Veja a íntegra do comunicado de Marina Silva

“Nesta semana, como de vez em quando ocorre em relação a alguns projetos, ganhou destaque no debate público um processo de licenciamento que se encontra em análise pelo Ibama para a realização de pesquisas de exploração de petróleo na bacia da Foz do Rio Amazonas, na chamada Margem Equatorial.

Já afirmei em diversas oportunidades e reitero: precisamos separar de quem são as competências da definição da política energética brasileira e de quem são as competências da concessão de licenças ambientais.

Cabe ao Ibama, de acordo com o que está previsto na lei, avaliar se os projetos estão de acordo com os critérios nela previstos. Como não poderia deixar de ser, consiste em uma análise de natureza técnica. É um procedimento que se atenta aos aspectos socioambientais do projeto.

No caso da bacia da Foz do Amazonas, trata-se de um empreendimento de alta complexidade ambiental. Em função disso, a primeira negativa do Ibama para processos na região ocorreu em 2018, durante o governo do presidente Michel Temer, respondendo ao pedido de uma empresa do setor privado.

Por duas vezes, em minha gestão, o Ibama emitiu pareceres técnicos em relação ao pedido sob domínio da Petrobras. Em maio de 2023, indeferiu a licença. Posteriormente, a empresa apresentou novamente o projeto, e em outubro de 2024, o Ibama solicitou o envio de ajustes e complementações.

Não cabe a mim, como ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, exercer qualquer influência sobre essas licenças, do contrário, não seriam técnicas. Também não é do Ibama ou do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) a competência para a definição do caminho da política energética brasileira, mas do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Logo, Ibama ou MMA não têm atribuição para decidir se o Brasil vai ou não explorar combustíveis fósseis na Foz do Amazonas ou em qualquer outra bacia sedimentar brasileira.

Cientes disso e em estreita observância ao que diz a lei, tanto MMA quanto Ibama não dificultam nem facilitam os processos de licenciamento, mas cumprem o que mandam a legislação e os procedimentos nela respaldados. É assim que funciona um governo republicano.

Essa é também uma preocupação do presidente Lula. Sabendo do alto impacto ambiental de alguns empreendimentos, o governo federal os encaminhou para estudos e análises, em lugar de inseri-los diretamente ao PAC quando de seu relançamento em 2023. É o caso da Margem Equatorial.

O debate técnico e manifestações contra e a favor de determinados empreendimentos fazem parte da dinâmica de tudo que envolve o interesse público. E isso diz respeito à ética pública dos governos democráticos, cabendo aos órgãos responsáveis pela tomada de decisões agir sempre em conformidade com diretrizes que salvaguardam melhores e maiores benefícios em prol dos interesses presentes e futuros da população.

Afinal, como bem disse Gilberto Gil, ‘o povo sabe o que quer, mas também quer o que não sabe’, cabendo aos responsáveis pela implementação das políticas públicas fazer o necessário equilíbrio entre essas duas coisas”.

República

Senador protocola pedido de criação da CPI do crime organizado .

Ana Carolina Curvello Por Ana Carolina Curvello 06/02/2025 às 19:01 Atualizado em 06/02/2025 às 19:07

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) protocolou nesta quinta-feira (6) o requerimento para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, que investigará a atuação de facções criminosas e milícias no Brasil. O pedido conta com as 27 assinaturas necessárias para sua instalação e tem o apoio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

A iniciativa busca entender o funcionamento e o financiamento dessas organizações, além de propor medidas legislativas que tornem o combate ao problema mais efetivo.

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE), um dos principais articuladores da CPI, destacou a necessidade urgente de enfrentar essa ameaça crescente. "O crime organizado se estruturou como um grande negócio ilícito, operando dentro e fora dos presídios, ampliando sua influência sobre comunidades inteiras e até sobre agentes públicos. O Senado tem a responsabilidade de investigar e propor soluções concretas para impedir esse avanço", afirmou.

Os números revelam a gravidade da situação. Em 2022, o Brasil registrou 47,3 mil mortes violentas intencionais, com uma taxa de 23,3 homicídios por 100 mil habitantes, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Estados como Amapá, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Amazonas estão entre os mais violentos do país, superando a média nacional. O cenário coloca o Brasil entre as 20 nações mais violentas do mundo, de acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Além da violência direta, o tráfico de drogas é uma das principais fontes de lucro das facções criminosas. Estima-se que a venda de cocaína movimentaria até R\$ 335 bilhões caso toda a droga que passa pelo Brasil fosse exportada para a Europa.

Outro foco da CPI será o avanço das milícias, que controlam territórios, impõem taxas ilegais e atuam com um poder paralelo ao Estado. No Rio de Janeiro, a maior milícia do país, conhecida como Bonde do Zinho, domina grande parte da Zona Oeste e possui um arsenal de guerra semelhante ao de forças militares.

Para o senador, a CPI será fundamental para construir estratégias eficazes no enfrentamento ao crime organizado. "As facções criminosas e as milícias expandiram sua atuação sem que houvesse uma resposta coordenada do Estado. Não podemos continuar assistindo à escalada da violência sem reagir. Essa CPI será uma oportunidade para aprofundar investigações, expor o funcionamento dessas redes e propor mudanças legislativas que cortem o fluxo financeiro dessas organizações e fortaleçam a segurança pública no Brasil", concluiu o senador.

Após a conferência das assinaturas e a leitura pela Presidência em Plenário, é aberto prazo para que os líderes partidários indiquem os membros que vão compor o colegiado.

A expectativa é que, com os trabalhos da CPI, o Congresso Nacional avance em políticas mais rigorosas e eficientes para combater a criminalidade e garantir mais segurança à população.

Leia em : <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/senador-protocola-pedido-de-criacao-da-cpi-do-crime-organizado/>

PR - GAZETA DO POVO
07/02/2025

voltar ao topo 

República

Centrão e oposição se unem para mudar regra da inelegibilidade que pode beneficiar Bolsonaro

Wesley Oliveira Por Wesley Oliveira 06/02/2025 às 21:00

Com a volta dos trabalhos no Legislativo, parlamentares da oposição buscam o apoio de partidos do Centrão para avançar com um projeto de lei que esvazia a Lei da Ficha Limpa ao reduzir o prazo de inelegibilidade de oito para dois anos. Nos cálculos dos aliados de Jair Bolsonaro (PL), a medida poderia liberar os direitos políticos do ex-presidente para que ele pudesse concorrer à presidência em 2026.

Bolsonaro foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2023, por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação após levantar dúvidas sobre a credibilidade das urnas eletrônicas. Posteriormente, ele foi condenado novamente à inelegibilidade, dessa vez por abuso de poder político e econômico por suposto uso eleitoral das cerimônias do Bicentenário da Independência, em 7 de setembro de 2022.

Com base na legislação atual, Bolsonaro está proibido de disputar um cargo público por oito anos e, caso não consiga reverter a decisão, ele só poderá disputar uma eleição em 2030. Diante desse cenário, ganhou força nesta semana uma articulação por parte dos aliados do ex-presidente para que o projeto apresentado pelo deputado Bibó Nunes (PL-RS) seja aprovado pelo Congresso Nacional ainda neste ano.

Essa não seria a primeira vez que parlamentares buscam mudanças na Lei da Ficha Limpa, aprovada em 2010 como projeto de iniciativa popular para barrar a candidatura de políticos com condenações em tribunais. No ano passado, por exemplo, um projeto da deputada Dani Cunha (União-RJ), filha do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, chegou a ser aprovado na Câmara, mas ainda não passou pelo Senado. Esse texto previa uma mudança na forma como o prazo de inelegibilidade seria contado, mas mantinha o período de até oito anos.

Para Bibó Nunes, no entanto, o prazo de oito anos serve apenas para tirar da vida política pessoas competitivas e não para punir criminosos. Segundo o parlamentar, seu texto não tem interesses "casuísticos", mas ele reconhece que tratou sobre o tema com o ex-presidente Bolsonaro.

"Existe a justiça comum, o Código Penal, a lei de improbidade administrativa, entre outras, para punir políticos criminosos. Não é por tempo de ficar inelegível que se pune um político criminoso. Oito anos é muito tempo e serve para punições políticas e não criminosas", argumentou o deputado à **Gazeta do Povo**.

Entre outros pontos, o projeto de Bibó Nunes estabelece que a contagem para o período de inelegibilidade será de dois anos "subsequentes à eleição" em que houve o crime eleitoral. No caso de Bolsonaro, a inelegibilidade contaria apenas entre outubro de 2022 e outubro de 2024. Ou seja: se a proposta estivesse em vigor, o ex-presidente já estaria elegível.

Apoio do Centrão pode acelerar aprovação da proposta na Câmara

Atualmente, o projeto de Bibo Nunes está sob a relatoria do deputado Filipe Barros (PL-PR) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que até o final do ano passado era comandada pela deputada Caroline De Toni (PL-SC). O colegiado, no entanto, deverá ser presidido neste ano por um partido do Centrão e líderes do União Brasil e do MDB tentam um acordo para isso.

A expectativa é de que a instalação dos colegiados aconteça após o carnaval, no começo de março. O apoio de parlamentares do Centrão é visto como estratégico por parte da oposição para que o projeto que altera o prazo da inelegibilidade avance.

Líderes de partidos como União Brasil, PP e Republicanos ouvidos pela reportagem admitem, reservadamente, que a proposta pode ganhar força, desde que haja a escolha de um novo relator para viabilizar a admissibilidade da proposta na CCJ.

Na avaliação dessa ala do Centrão, um nome mais pragmático em comparação ao de Filipe Barros poderia reduzir eventuais resistências por parte da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por exemplo.

Assim como Bolsonaro, outros políticos podem se beneficiar pela medida, como o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, cassado em 2016 e que, pela regra atual, está inelegível até 2027. Além de outros nomes como os ex-governadores José Roberto Arruda (DF) e Antony Garotinho (RJ).

Segundo Bibo Nunes, diversos outros parlamentares já o procuraram para subscrever o seu texto. O projeto já traz a assinatura de 73 deputados, a maioria do PL, mas também do MDB, Patriota, PP, PSD e Republicanos, partido do novo presidente da Câmara, Hugo Motta.

"Deputados de diferentes partidos já me procuraram para dar apoio ao texto, a sinalização do presidente Hugo Motta nesta semana mostrou que podemos avançar com o texto", disse o parlamentar gaúcho.

Nesta semana, em entrevista à CNN Brasil, Motta disse que considera 8 anos um período longo para o político ficar inelegível, mas que essa discussão também depende dos líderes partidários. "Oito anos são quatro eleições, é um tempo extenso na minha avaliação", disse Hugo Motta sobre a Lei da Ficha Limpa.

De acordo com o presidente da Câmara, o Brasil se adaptou ao contexto da lei, mas o Congresso é soberano para propor mudanças.

"Se houver interesse de algum partido, de algum parlamentar em discutir isso, e aí entra o cenário de 26, que começou a falar para tratar a inelegibilidade de Bolsonaro, aí o Congresso vai discutir, o Congresso é soberano. Esse não foi um tema, um assunto, que eu dialoguei com os líderes para sentir o ambiente sobre a necessidade ou não de uma mudança na Lei da Ficha Limpa", afirmou Motta.

Base do governo Lula ainda acompanha movimentação da oposição

Procurados, líderes da Câmara e do Senado que integram a base do governo Lula admitiram que ainda avaliam a repercussão do projeto encampado pela oposição junto ao Centrão. Apesar disso, o PT, partido do presidente, apoiou no ano passado a articulação para que o projeto da deputada Dani Cunha avançasse no Congresso.

O próprio Lula disse, em 2022, antes de voltar à presidência, que o modelo atual da Lei da Ficha Limpa é "uma bobagem" e defendeu que a norma fosse rediscutida.

"Acho que foi uma bobagem a gente fazer a Lei da Ficha Limpa tal como ela foi feita. Você muitas vezes pune uma pessoa e, três meses depois, essa pessoa readquire o seu direito de ser candidata. É preciso a gente dar uma rediscutida na Lei da Ficha Limpa", disse o petista à rádio Super, de Belo Horizonte, na ocasião.

Nas eleições de 2018, Lula foi impedido de concorrer por conta da Lei da Ficha Limpa. O então candidato havia sido condenado na Operação Lava Jato e só recuperou os seus direitos políticos em 2021, quando suas condenações foram anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Nesta semana, em entrevista a diversas rádios mineiras, Lula ironizou ao ser questionado sobre a possibilidade de concorrer à reeleição contra Bolsonaro em 2026.

"Se a Justiça entender que ele pode concorrer às eleições, ele pode concorrer. E se for comigo, vai perder outra vez. Não há possibilidade de a mentira ganhar uma eleição neste país", afirmou Lula.

MANCHETE

GOVERNO AVALIA RETOMAR MEDIDAS DE AJUSTE PARA EVITAR CONTINGENCIAMENTO ELEVADO DE DESPESAS.

Supersalários, previdência dos militares, aperto do BPC e revisão de benefícios tributários são alguns temas que voltam ao radar da área econômica

Por Fernando Exman e Lu Aiko Otta — De Brasília

O governo avalia adotar medidas deixadas de lado em novembro passado caso as projeções para as contas públicas apontem a necessidade de um congelamento muito forte de despesas para cumprir a meta de déficit zero em 2025. A ideia é oferecer ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva algumas iniciativas de ajuste, em vez de dar um “tranco” nas despesas. Sabe-se que será preciso melhorar o ambiente político para viabilizar o plano. Além disso, não deverão ser apresentadas a Lula propostas de caráter estrutural, como desindexar gastos do salário mínimo.

Nos bastidores do Executivo, a avaliação é que a mudança do sistema de proteção social dos militares e a redução dos “supersalários” do funcionalismo têm chances de passar no Congresso, mas com alterações. O avanço da primeira depende do novo presidente da Câmara, Hugo Motta, que tem dado sinais de estar alinhado com a pauta fiscal. Já o andamento da medida dos “supersalários” está nas mãos do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que tem boa interlocução com o governo.

Em outra frente, é possível que o governo retome a tentativa de apertar os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC, voltado para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda). Em dezembro, porém, proposta do governo nesse sentido foi afrouxada pelo Congresso. A revisão de benefícios tributários entra no cardápio de medidas na lógica de o ajuste não recair apenas sobre os pobres. No curto prazo, a ideia é fazer um “pente-fino” nos programas, e cortá-los para empresas que não se enquadram nas regras.

A estratégia tem sido discutida pela Junta de Execução Orçamentária, da qual fazem parte os ministros da Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Gestão. A data da divulgação do 2º relatório bimestral de receitas e despesas, prevista para 22 de maio, é vista como o “Dia D” para a decisão. Até lá, será possível ter um quadro mais claro do comportamento das receitas, num cenário de desaceleração da economia. Se a retração se confirmar, é provável que seja necessário um contingenciamento alto, estimado em R\$ 35 bilhões pelo economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto.

PAGINA A 6

MEDIDAS FISCAIS JÁ DEIXADAS DE LADO VOLTAM AO RADAR DO GOVERNO .

Supersalários, previdência dos militares e aperto do BPC são alguns dos temas que podem ser retomados na busca de déficit zero

O estudo retomar as que foram deixadas de lado em novembro do ano passado e acioná-las, caso as projeções fiscais apontem para a necessidade de um congelamento muito forte de despesas, a fim de cumprir a meta de déficit zero este ano. Será oferecida ao Luiz Inácio Lula da Silva a opção de promover algumas iniciativas de ajuste, em vez de dar um “tranco” nas despesas.

Sabe-se que será preciso melhorar o ambiente político para viabilizar esse . Além disso, não deverão ser apresentadas a Lula as de caráter estrutural, cobradas por especialistas em contas públicas, como a desindexação de despesas em relação ao salário mínimo. Isso só deve ocorrer após as eleições de de 2026: antes do pto não haverá condições políticas para aprovar as impopulares, dizem interlocutores do , mas sem elas o próximo da República enfrentará dificuldades para operar dentro das regras definidas pelo novo arcabouço .

A estratégia tem sido discutida em reuniões da Junta de Execução (JEO), da qual fazem parte os da Fazenda, do planejamento, da Casa e da Gestão. E a data da divulgação do segundo relatório bimestral de receitas e despesas, prevista para 22 de maio, é vista como o “Dia D” para uma decisão.

A essa altura do ano, já será possível ter um quadro mais claro sobre o comportamento das receitas, diante da queda na atividade econômica projetada para o período, fruto dos juros mais elevados. Se a retração se confirmar, é provável que se torne necessário um contingenciamento elevado. O economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, por exemplo, estima que seriam precisos R\$ 35 bilhões.

Neste início de ano o tem sido beneficiado por um ritmo mais lento na execução das despesas. É um comportamento típico dessa época, intensificado pelo fato de o de Anual (OA) de 2025 não ter sido aprovado ainda pelo . A diz que, nesses casos, os podem gastar 1/12 do previsto no ano em determinadas rubricas. No entanto, a liberação tem sido mais restrita, ao ritmo de 1/18 a 1/20 por .

Além disso, as receitas tendem a ser fortes neste início do ano, refletindo ainda a atividade robusta de 2024. Não se deve descartar, também, receitas extraordinárias relevantes: existe uma extativa, por exemplo, em relação ao lançamento pela Caixa Seguridade de sua oferta subsequente de ações (“follow-on”). Segundo o Valor revelou, a operação está sendo preparada para o próximo dia 13, ou seja, logo após a divulgação do resultado do quarto trimestre de 2024.

Na equipe econômica, reconhece-se a necessidade de as estruturais para dar um claro sinal de que as contas públicas deixarão o campo deficitário. No entanto, também se avalia que só deve haver espaço político para o avanço neste momento de ajustes pontuais, os quais permitem cumprir as metas do arcabouço, mas não a estabilização da dívida - inclusive porque para isso será preciso uma redução relevante da taxa básica de juros.

Segundo fontes do , a novela do pacote de novembro passado deixa isso claro. O Lula não concordou com as as de ajuste mais duras, justamente as que teriam impacto na estrutura dos gastos públicos. O conjunto já chegou desidratado ao , que, por sua vez, ao contrário do que era esperado por alguns integrantes do mercado e do próprio , não aprofundou o ajuste. Pelo contrário, o afrouxou.

Agora, o desafio dos articuladores políticos do Executivo será dar tração a essa agenda após a eção das novas Mesas Diretoras da dos e do . Na avaliação de interlocutores do , o novo da , Hugo Motta (Republic-PB), tem dado todos os sinais de alinhamento com a pauta . Depende dele o avanço da de alteração do sistema de proteção dos militares.

Recém-eto do , Alcolumbre (União-AP) também tem uma boa interlocução com o Palácio do analto. Porém, não passou despercebido que em seu primeiro discurso após

receber 73 dos 81 votos da Casa, o r afirmou no sábado (1º) que o trabalhará para melhorar a vida dos brasileiros, mas que por vezes isso exigirá um “posicionamento corajoso” perante os outros Poderes, a opinião pública e o mercado. Depende dele o andamento da que visa reduzir os chamados “supersalários” do funcionalismo.

Avalia-se nos bastidores do Executivo que essas duas s têm chances de passar, mas com alterações. Na noite de quarta-feira, o da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou durante entrevista à Globo que foi estabelecido um “entendimento” com Hugo Motta sobre a dos “supersalários”.

“Se o que já foi votado na e que está no voltar com ingredientes novos para corrigir essa distorção, a está disposta [a analisar as sl”, disse Haddad, acrescentando que já se encontrou com s do Supremo Tribunal () para tratar do assunto e que se reunirá na terça-feira (11) com res.

Segundo Haddad, “existem indenizações [pagas atualmente] que são corretas”. “Muitas vezes um juiz está substituindo o outro em uma comarca e tem despesas de estadia e alimentação que não teria se não substituísse”, ponderou.

Em outra , é possível que o retome também a tentativa de apertar os critérios de concessão dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC). A do foi afrouxada pelo , que excluiu, por exemplo, a proibição de serem pagos dois benefícios numa mesma família. Além disso, forçou um acordo pelo qual Lula vetaria o dispositivo que proibia a concessão a pessoas com deficiência leve.

Neste caso, será necessário muito poder de convencimento dos es para que o aperto seja retomado, dado que o já decidiu sobre o tema no ano passado. O argumenta que a concessão do BPC a pessoas com deficiência leve por decisão da tem acelerado desde 2022. No ano passado, as despesas com o programa atingiram R\$ 105,7 bilhões, ante R\$ 88,9 bilhões no ano anterior.

A revisão de gastos tributários, sempre prometida pelo , entra no cardápio das s adicionais na lógica de o ajuste não investir apenas sobre os pobres. No curto prazo, a ideia é fazer uma espécie de “pente-fino” no uso dos benefícios fiscais, e cortá-lo para empresas que não se enquadram nas regras de fruição. Esse trabalho já vem sendo feito pela Receita , e poderá ser ampliada. Uma opção lembrada é buscar um maior controle em relação ao Simes, para que se evite que uma mesma pessoa abra diversas empresas com o intuito de se enquadrar nesse regime.

O de voo discutido na JEO pressupõe uma condução mais conservadora do no curto prazo. É como pretende recuperar a credibilidade do mercado na política e, assim, reduzir a pressão que o desequilíbrio das contas públicas exerce sobre o câmbio, a inflação e os juros. Por isso, o contingenciamento forte e mirando no déficit zero está sobre a mesa.

Contingenciamento, bloqueios e a programação financeira limitada nas despesas que vem sendo aicada na ausência da anual são instrumentos tradicionais da política que, diz-se nos bastidores, “o mercado entende”. O primeiro é acionado quando as projeções apontam para o descumprimento da meta. O segundo, quando as despesas projetadas “estouram” o teto estabelecido no arcabouço.

O valor do teto é corrigido pela inflação, e as taxas maiores do que as esperadas no fim de 2024 farão com que haja um acréscimo da ordem de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões. Esse é um dos ajustes que o precisará fazer no OA de 2025.

No entanto, embora a margem mais elevada para gastos esteja animando s, técnicos avaliam que não haverá espaço adicional para gastos. Isso porque as despesas com a Previdência também subiu acima do que consta do OA e consumo toda a margem extra.

A falta de credibilidade na política atingiu seu auge no final do ano passado, quando contribuiu para impulsionar a cotação do dólar para o recorde de R\$ 6,27. Admite-se nos

bastidores que parte desse aumento é, de fato, exicada pelo pacote anunciado quando o mercado esperava um “pacotão”, e pela falta de aval de Lula a s mais ambiciosas. Mas parte é considerada um exagero que agora reflui.

Se o Lula não der mais sinais errados no campo , argumentam altas fontes do Executivo, o dólar pode voltar a seu padrão tradicional de funcionamento, pautado atualmente principalmente pelo cenário político externo e pelos efeitos do clima sobre a produção de commodities.

a em : <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/02/07/s-fiscais-ja-deixadas-de-lado-voltam-ao-radar-do-ghhtml>

VALOR ECONÔMICO

07/02/2025

A10

voltar ao topo 

POLÍTICA

A pedido de Múcio, governo deve dar apoio à tramitação da PEC dos militares .

Ministro disse a Lula que Planalto poderia ter se empenhado mais pela aprovação do projeto

Por Caetano Tonet e Gabriela Guido — De Brasília

O governo deve intensificar a articulação para o avanço da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê a ida para a reserva de militares que optarem por entrar na política, atendendo a um pedido do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na reunião com Lula em que concordou em permanecer no governo até o fim de 2025, Múcio externou ao presidente que o governo poderia ter empenhado mais esforços para a aprovação do texto.

Múcio quer deixar a despilitização das Forças Armadas como marca de sua gestão à frente do Ministério da Defesa. O ministro tem o reconhecimento de Lula pela pacificação da caserna após assumir a pasta com parte das tropas alinhada ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), envolvida em tramas golpistas e em atos que culminaram nos ataques às sedes dos três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

Os comandantes, general Tomás Ribeiro Paiva (Exército), brigadeiro Marcelo Kantz Damasceno (Aeronáutica) e almirante Marcos Sampaio Olsen (Marinha) estão de acordo com a proposta, apelidada de PEC dos militares.

De autoria do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), o projeto prevê a ida de militares para a reserva no momento de registro da candidatura. O texto está parado no Senado desde novembro de 2023, após ter sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Wagner acredita que a PEC irá à votação no primeiro semestre e destaca o apoio da cúpula das Forças Armadas. Por isso, o líder defende que os comandantes entrem em campo para negociar com parlamentares o avanço do texto. A matéria precisa do apoio de 49 dos 81 senadores.

“Vai colocar para votar. Se vamos ganhar é outra história. Essa PEC foi concebida dentro do Ministério da Defesa e acho que os comandantes devem vir aqui defender”, declarou Wagner.

Segundo o **Valor** apurou, os comandantes e o próprio Múcio devem entrar nas negociações após o tema voltar de fato à pauta do Senado. As Forças Armadas também esperam um sinal mais firme em defesa da PEC por parte do Palácio do Planalto.

Para o relator, o vice-líder do governo Jorge Kajuru (PSB-GO), o apoio dos comandantes das Forças Armadas será decisivo para o avanço da matéria. Kajuru lembra que no ano passado a base do governo se dividiu após as denúncias do envolvimento de oficiais na trama golpista que buscava impedir a posse de Lula e terminou com a prisão do general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro e candidato a vice de Bolsonaro.

Uma ala argumentava que votar a PEC poderia ser interpretado como revanchismo por parte do governo Lula, aumentando o risco de derrota. Agora, segundo Kajuru, o tema está pronto para a votação e o governo está confiante na aprovação da PEC. “O governo só quer colocar a PEC para votar porque sabe que vai ganhar.”

O relator disse ainda que irá procurar o **presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP)**, para que o tema seja pautado no primeiro semestre. “Vou conversar com o presidente Davi para colocar na pauta o mais rápido possível”, disse.

Principal opositor da PEC na Casa, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que é general da reserva, acredita que o governo pode até aprovar a proposta no Senado, mas não terá êxito na Câmara dos Deputados.

“É óbvio que se o governo forçar a barra aqui, ele pode conseguir. Pode até passar aqui, mas na Câmara não passa. É um esforço inútil diante dos problemas que o governo tem”, declarou Mourão ao **Valor**.

No ano passado, Mourão participou de um almoço no Comando do Exército com Múcio, os chefes das Forças Armadas e Wagner para buscar consenso sobre a proposta. Também estavam à mesa os ex-ministros da Defesa, Nelson Jobim e Raul Jungmann. No encontro, ficou acertado que a ida para a reserva não seria necessária para os militares indicados para ocupar ministérios e secretarias no Executivo.

O parlamentar segue aberto a dialogar sobre o texto e argumenta que o principal impasse hoje é o trecho que prevê que apenas militares com mais de 35 anos de serviço passem para a reserva remunerada. Hoje, o oficial licencia-se da função por seis meses, tem seu salário reduzido e passa para a reserva caso seja eleito.

Mourão sugere que a ida para a reserva aconteça prevendo um soldo proporcional ao tempo de serviço do militar. Ele argumenta que o número de oficiais da ativa que optam pela política é baixo e que o ajuste não teria grande impacto no caixa do Executivo.

“Se o cara vai embora tenente com 15 anos de serviço, ele custa menos que um coronel com 35. Fica até melhor para previdência”, argumentou.

Kajuru não se opõe a fazer ajustes no texto, mas disse que qualquer alteração terá que ser alinhada com o governo.

Leia em : <https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/02/07/a-pedido-de-mucio-governo-deve-dar-apoio-a-tramitacao-da-pec-dos-militares.ghtml>

COLUNAS

FÁBIO ZANINI – PAINEL.

6.fev.2025 às 23h00

Governo pedirá ao Congresso prioridade para PECs da Segurança e militares e regulação de redes

São Paulo e Brasília - Após levar a agenda econômica ao novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o governo Lula apresentará na semana que vem ao Congresso a lista de projetos prioritários em outras áreas.

Entre os temas a serem levados a Motta e a seu colega do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), estão a PEC da Segurança Pública, a emenda que proíbe militares de se candidatarem e projetos sobre a inteligência artificial e regulação de redes sociais.

Neste último caso, integrantes do governo, como o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, defendem que não seja enviado um projeto novo pelo Executivo, como o que vem sendo elaborado pelo Ministério da Justiça.

Ele prefere que o governo encampe dois textos já em tramitação, de parlamentares de oposição: um do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), que veda o anonimato nas redes e estabelece regulação pelas plataformas, e outro do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que prevê medidas de proteção a crianças e adolescentes nas redes.

"Eu defendo que o governo não debata a regulação, mas que debata a proteção das pessoas, das famílias e dos negócios no ambiente digital. (...)

Leia mais: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2025/02/governo-pedira-ao-congresso-prioridade-para-pecs-da-seguranca-e-militares-e-regulacao-de-redes.shtml>

GERAL

CPI do Crime Organizado: requerimento já tem 27 assinaturas no Senado

'Negócio ilícito'

Objetivo da comissão é apurar a atuação de facções criminosas e milícias no Brasil

Agência Senado

Publicado em 06/02/2025 às 17:19. Atualizado em 06/02/2025 às 17:37.

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou nesta quinta-feira (6) requerimento para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigue a atuação de facções criminosas e milícias no Brasil. O documento tem o apoio de 27 senadores, número suficiente para a instalação do colegiado. Para que a criação da CPI avance, o requerimento precisa ser lido no Plenário.

O objetivo da CPI é apurar o aumento da influência do crime organizado, que Alessandro Vieira considera ter estrutura de “um grande negócio ilícito”, e seus efeitos na segurança pública e na economia do país. A comissão também deverá investigar o financiamento das organizações criminosas e propor medidas para aprimorar o combate a essas ilegalidades. “As facções criminosas e as milícias expandiram sua atuação sem que houvesse uma resposta coordenada e eficiente do Estado. Não podemos continuar assistindo à escalada da violência e ao fortalecimento do crime sem reagir”, declarou.

O parlamentar chamou atenção para os elevados índices de homicídios do país e o crescente domínio territorial do crime organizado sobre comunidades. Para ele, a CPI será essencial para expor o funcionamento das redes criminosas e discutir meios de cortar o fluxo financeiro dessas organizações.

Após a conferência das assinaturas e a leitura pela Presidência em Plenário, é aberto prazo para que os líderes partidários indiquem os membros que vão compor o colegiado.

ECONOMIA

Marina nega influência em decisão sobre Margem Equatorial após Lula dizer que governo 'quer petróleo'.

Ministra do Meio Ambiente tem sofrido pressão nos últimos dias por declarações do presidente em defesa da exploração da Petrobras na região

Brasília

06/02/2025 14h09 Atualizado há 12 horas

Um dia após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltar a defender a exploração de pesquisa na Margem Equatorial, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou nesta quinta-feira não ter influência sobre o processo de licenciamento para pesquisas na região. Ela reafirmou que a decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que analisa pedido da Petrobras para realizar pesquisas na área, será técnica, "em estreita observância ao que diz a lei".

A ministra tem sofrido pressão para que o Ibama, órgão subordinado à sua pasta, libere a licença para o empreendimento, que sofre críticas de ambientalistas por representar a persistência do país em buscar combustíveis fósseis no momento em que se debate a maior utilização de energias renováveis.

"Não cabe a mim, como ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, exercer qualquer influência sobre essas licenças, do contrário, não seriam técnicas. Também não é do Ibama ou do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) a competência para a definição do caminho da política energética brasileira, mas do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Logo, Ibama ou MMA não têm atribuição para decidir se o Brasil vai ou não explorar combustíveis fósseis na Foz do Amazonas ou em qualquer outra bacia sedimentar brasileira", escreveu a ministra, em nota.

Em 2023, o Ibama recusou a licença da Petrobras para explorar a região e desde então a estatal atua para atender a uma série de requisitos ambientais do instituto.

Segundo o colunista Lauro Jardim, em reunião com os novos presidentes da Câmara e Senado, deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB) e senador Davi Alcolumbre (União-AP), Lula se comprometeu a destravar a proibição de pesquisas na região da Foz do Amazonas, que integra a Margem Equatorial.

Marina afirmou que a pasta e o Ibama "não dificultam nem facilitam processos de licenciamento" e que o alto impacto ambiental de empreendimentos é uma das preocupações de Lula.

"Cientes disso e em estreita observância ao que diz a lei, tanto MMA quanto Ibama não dificultam nem facilitam os processos de licenciamento, mas cumprem o que mandam a legislação e os procedimentos nela respaldados. É assim que funciona um governo republicano. Essa é também uma preocupação do presidente Lula. Sabendo do alto impacto ambiental de alguns empreendimentos, o governo federal os encaminhou para estudos e análises, em lugar de inseri-los diretamente ao PAC quando de seu relançamento em 2023. É o caso da Margem Equatorial".

A ministra também defendeu que o debate faz parte da dinâmica de assuntos que envolvem o interesse público, mas que "cabe aos órgãos responsáveis agir sempre em conformidade com diretrizes" que beneficiam interesses presentes e futuros da população. "O debate técnico e manifestações contra e a favor de determinados empreendimentos fazem parte da dinâmica de tudo que envolve o interesse público. E isso diz respeito à ética pública dos governos democráticos, cabendo aos órgãos responsáveis pela tomada de decisões agir sempre em conformidade com diretrizes que salvaguardam melhores e maiores benefícios em prol dos interesses presentes e futuros da população."

Em entrevista à rádios na quarta-feira, Lula voltou a defender a exploração de petróleo e citou o fato de que países vizinhos, como Guiana e Suriname, atuarem na região.

— A Marina não é a responsável. Temos que fazer a coisa com muita clareza e estudo porque temos que tomar conta do país. Nós queremos o petróleo e temos que utilizar ele para fazer a transição energética porque vai precisar de muito dinheiro. E temos perto de nós a Guiana e Suriname pesquisando petróleo próximo à margem equatorial. E precisamos então fazer um acordo e procurar solução — disse o presidente na ocasião.

Em 2023, o Ibama recusou a licença da Petrobras para explorar a região e desde então a estatal atua para atender a uma série de requisitos ambientais do instituto.

Nesta quarta, Lula disse que o acordo a ser firmado para exploração na região precisa garantir de que não haverá danos ambientais no Foz do Amazonas.

— Precisamos fazer acordo em que a gente dê garantia ao mundo e ao povo de que a gente não vai detonar nenhuma árvore, nada no Rio Amazonas. A Petrobras é a empresa que tem mais capacidade de explorar em águas profundas. Temos um exemplo extraordinário de não causar problemas ao meio ambiente. Não é a companheira Marina. Nós, o governo, temos que encontrar solução.

Nesta terça, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que todas as demandas apresentadas pelo Ibama foram entregues em novembro.

Na última quarta-feira, Petrobras e Ibama se reuniram em Brasília a pedido de Lula. O objetivo do encontro foi munir o governo com informações para compreender os argumentos de ambos os lados, de forma a decidir o futuro da exploração na Margem Equatorial, região que se estende do litoral do Amapá até o Rio Grande do Norte.

Leia a íntegra da nota da Ministra Marina Silva:

Nesta semana, como de vez em quando ocorre em relação a alguns projetos, ganhou destaque no debate público um processo de licenciamento que se encontra em análise pelo Ibama para a realização de pesquisas de exploração de petróleo na bacia da Foz do Rio Amazonas, na chamada Margem Equatorial.

Já afirmei em diversas oportunidades e reitero: precisamos separar de quem são as competências da definição da política energética brasileira e de quem são as competências da concessão de licenças ambientais.

Cabe ao Ibama, de acordo com o que está previsto na lei, avaliar se os projetos estão de acordo com os critérios nela previstos. Como não poderia deixar de ser, consiste em uma análise de natureza técnica. É um procedimento que se atenta aos aspectos socioambientais do projeto.

No caso da bacia da Foz do Amazonas, trata-se de um empreendimento de alta complexidade ambiental. Em função disso, a primeira negativa do Ibama para processos na região ocorreu em 2018, durante o governo do presidente Michel Temer, respondendo ao pedido de uma empresa do setor privado.

Por duas vezes, em minha gestão, o Ibama emitiu pareceres técnicos em relação ao pedido

sob domínio da Petrobras. Em maio de 2023, indeferiu a licença. Posteriormente, a empresa apresentou novamente o projeto, e em outubro de 2024, o Ibama solicitou o envio de ajustes e complementações.

Não cabe a mim, como ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, exercer qualquer influência sobre essas licenças, do contrário, não seriam técnicas. Também não é do Ibama ou do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) a competência para a definição do caminho da política energética brasileira, mas do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Logo, Ibama ou MMA não têm atribuição para decidir se o Brasil vai ou não explorar combustíveis fósseis na Foz do Amazonas ou em qualquer outra bacia sedimentar brasileira.

Cientes disso e em estreita observância ao que diz a lei, tanto MMA quanto Ibama não dificultam nem facilitam os processos de licenciamento, mas cumprem o que mandam a legislação e os procedimentos nela respaldados. É assim que funciona um governo republicano.

Essa é também uma preocupação do presidente Lula. Sabendo do alto impacto ambiental de alguns empreendimentos, o governo federal os encaminhou para estudos e análises, em lugar de inseri-los diretamente ao PAC quando de seu relançamento em 2023. É o caso da Margem Equatorial.

O debate técnico e manifestações contra e a favor de determinados empreendimentos fazem parte da dinâmica de tudo que envolve o interesse público. E isso diz respeito à ética pública dos governos democráticos, cabendo aos órgãos responsáveis pela tomada de decisões agir sempre em conformidade com diretrizes que salvaguardam melhores e maiores benefícios em prol dos interesses presentes e futuros da população.

Afinal, como bem disse Gilberto Gil, “o povo sabe o que quer, mas também quer o que não sabe”, cabendo aos responsáveis pela implementação das políticas públicas fazer o necessário equilíbrio entre essas duas coisas.

Leia em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/02/06/marina-margem-equatorial.ghtml>

O GLOBO ONLINE

07/02/2025

voltar ao topo 

POLÍTICA

Mudança na Lei da Ficha Limpa: entenda o que diz o projeto de deputado bolsonarista que poderia favorecer ex-presidente

Redação que propõe reduzir o período de inelegibilidade de políticos condenados, de oito para dois anos, é motivo de articulação de parlamentares aliados ao ex-mandatário no Congresso Nacional

Por Luis Felipe Azevedo 07/02/2025 03h30 Atualizado agora

Um projeto de lei de autoria do deputado federal Bibó Nunes (PL-RS) que propõe reduzir o período de inelegibilidade de políticos condenados, de oito para dois anos, é motivo de articulação de parlamentares bolsonaristas no Congresso Nacional. A proposta é vista por aliados do ex-presidente como uma forma de trazer o nome de Jair

Bolsonaro (PL) de volta às urnas, após ele ser condenado duas vezes pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a ficar de fora de disputas por cargos públicos até 2030.

No projeto apresentado em 2023, Nunes afirma que a punição "por dois anos seguintes ao pleito eleitoral é uma sanção mais do que suficiente para os fins que se almeja a inelegibilidade".

"A nova discussão sobre o período de inelegibilidade para ambos os casos se faz necessária, uma vez que há o entendimento de que o próprio período eleitoral em que o candidato concorre seria suficiente para a sua inelegibilidade e não dois períodos como descrito em Lei", defende o parlamentar no texto.

A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, sob a relatoria do deputado bolsonarista Filipe Barros (PL-PR), designado para a função em dezembro e também alinhado a Bolsonaro.

O projeto pretende reduzir de oito anos para dois anos o prazo de inelegibilidade se houver condenações por três tipos de conduta: por abuso de poder político ou econômico e uso indevido dos meios de comunicação.

As mudanças, conforme o texto, se restringem a um dos artigos da Lei das Inelegibilidades, de 1990 — que foi ampliada, em 2010, pela chamada Lei da Ficha Limpa.

Além da condenação pelo TSE, Jair Bolsonaro foi indiciado pela Polícia Federal (PF) nas apurações da trama do golpe, por suposta fraude no cartão de vacinação para viajar aos Estados Unidos e no caso das joias da Arábia Saudita. A mais recente ocorreu em novembro do ano passado, quando a corporação o indiciou por por abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminoso.

O ex-presidente pode ficar inelegível até 2061 caso seja processado e condenado com pena máxima, em 2025, pelos supostos delitos. O nome do PL teria 106 anos quando pudesse ser postulante a um cargo político novamente.

Encontro com Bolsonaro

Bolsonaro se reuniu com Nunes na quarta-feira no gabinete do ex-presidente, localizado na sede do PL, em Brasília. O encontro foi divulgado pelo parlamentar nas redes sociais.

"Oito anos é tempo que permite muita injustiça e o político corrupto deve ir para a cadeia e não ficar apenas inelegível", escreveu Nunes em postagem nas redes sociais.

Após a publicação, Nunes afirmou ao portal Metrôpoles que Bolsonaro está "empolgado" com a proposta e disse que irá se reunir com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), na próxima semana.

Motta afirmou na terça-feira que oito anos de inelegibilidade "é um tempo extenso".

— A Lei da Ficha Limpa trouxe muitas mudanças. Hoje, o Brasil já está adaptado com essa lei, há uma compreensão de que a lei foi boa. Se houver interesse de algum partido, de algum parlamentar em discutir isso, e aí entra o cenário de 2026, que começou a falar para tratar a inelegibilidade de Bolsonaro, aí o Congresso vai discutir, o Congresso é soberano. Esse não foi um tema, um assunto, que eu dialoguei com os líderes para sentir o ambiente sobre a necessidade ou não de uma mudança na Lei da Ficha Limpa — pontuou.

POLÍTICA

Reeleição na Alerj anima Bacellar para disputa do governo do estado em 2026, mas Pampolha é obstáculo

Deputado quer disputar o Palácio Guanabara já na cadeira que hoje é de Cláudio Castro, o que demandaria a saída também do atual vice.

Por Caio Sartori e Bernardo Mello 07/02/2025 03h30 Atualizado agora

A inédita reeleição por unanimidade para a presidência da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) consolidou o deputado Rodrigo Bacellar, que dirige o União Brasil no estado, como principal nome do grupo do governador Cláudio Castro (PL) para a sucessão no Palácio Guanabara. Bacellar tem falado abertamente sobre a possibilidade com aliados, mas sabe que a impopularidade do atual governo é um empecilho. Ele impõe outras condições para se sentir habilitado à disputa, como estar sentado na cadeira de governador durante a eleição — o que exige uma série de costuras complexas, sobretudo com o atual vice, Thiago Pampolha (MDB), também interessado em concorrer.

Bacellar recebeu 70 votos na segunda-feira e foi reconduzido ao comando do Legislativo. Ninguém votou contra, tampouco se absteve. Com base em acordos com a oposição, abocanhou até votos do PSOL e do PSD do prefeito do Rio, Eduardo Paes, provável adversário na eleição para governador. A vitória expressiva é lida como um sinal de que o parlamentar, sempre apontado como político duro e temperamental, conseguiu “unir a política” nos últimos meses.

Entre os nomes elencados como possíveis candidatos governistas, ele é quem desponta hoje como o mais avançado. Além dos movimentos locais, fez o gesto de “beijar a mão” do ex-presidente Jair Bolsonaro, sem o qual nenhum pré-candidato se viabiliza à direita.

— Sou muito grato pela lembrança do meu nome para projetos maiores. Se for em prol do grupo, para qualquer nome, estou dentro e vou até o final — disse na sessão em que foi reeleito.

Outro com anseio de entrar na eleição, o presidente estadual do MDB e secretário de Transportes, Washington Reis, é o favorito da família Bolsonaro, mas está inelegível por causa de uma condenação por crime ambiental, e o relator do caso em Brasília é o ministro Flávio Dino, indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF) por Lula (PT).

Paes mira em Castro

Na visão de Bacellar, é fundamental concorrer ao cargo já estando na cadeira e tendo a máquina nas mãos. A equação é complexa: além de Castro se desincompatibilizar para disputar o Senado, o que tende a ocorrer, Pampolha também precisaria abrir mão do comando do estado e passar o posto para o presidente da Alerj. Só que o emedebista se coloca como candidato natural ao governo e faz seus movimentos para se viabilizar.

Foi ventilada a hipótese de Pampolha ganhar uma cadeira no Tribunal de Contas do Estado (TCE), mas o político de 37 anos não demonstra interesse no cargo. Outro acordo envolveria o emedebista abrir mão de tentar se reeleger no Guanabara, depois que Castro

sair, e renunciar para concorrer a deputado. Hoje, no entanto, nenhum acordo está avançado, e a desconfiança entre as partes é notória.

Conforme noticiou a newsletter Jogo Político, do GLOBO, a briga interna promete ser dura. Pampolha soube que adversários estão começando a fazer um pente-fino nos postos de gasolina da família e em autuações que receberam por irregularidades contra o meio ambiente.

Outro obstáculo para Bacellar é a própria situação do estado, sobretudo na segurança pública. Provável candidato de oposição, Eduardo Paes tem explorado cada vez mais o tema, que em pesquisas internas é apontado como preocupação para mais da metade dos fluminenses. Há o temor de que o prefeito faça de Castro uma espécie de candidato oculto, a fim de explorar a rejeição ao governador e associá-lo a Bacellar. Assim, repetiria de certa forma o que fez na reeleição municipal, quando rebateu críticas de Alexandre Ramagem (PL) pintando o bolsonarista como “apadrinhado” de Castro.

A aposta no grupo governista é de melhora na avaliação até o ano que vem, que seria motivada especialmente pelos mais de R\$ 10 bilhões aguardados com a futura outorga da concessão do gás no estado. Com alto índice de “regular” nas pesquisas internas, o Guanabara conta ainda com uma ampla rede de prefeitos na Região Metropolitana e no interior para tentar neutralizar a fortaleza de Paes, a capital, onde se espera que o prefeito vença por margem considerável.

Na cúpula do estado, a torcida é para que Lula seja candidato à reeleição, já que a sólida aliança entre o presidente e o prefeito faria Paes permanecer vinculado ao petista. Sondagens mostram que a aprovação de Lula no estado está baixa, e explorar o vínculo entre os dois é peça central da tentativa de minar o favoritismo do prefeito.

O grupo de Castro também faz cálculos em caso de desistência do petista em concorrer à reeleição. Com isso, cresceria a possibilidade de o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), encarar a eleição nacional contra outro candidato do PT. Tarcísio conta, na sua administração, com o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab. Assim, Paes perderia o ônus de estar com o PT num estado que se mostra antipetista e muito afeito a valores da direita.

Aceno ao PP

Logo após a última eleição municipal, Paes acusou Bacellar, em entrevista ao GLOBO, de “ameaças e extorsões” na relação com Castro. Em resposta, foi chamado de “vagabundo” no plenário da Alerj.

Poucos dias depois, um gesto de Bacellar o ajudou a retomar a confiança de outros caciques locais que também demonstravam insatisfação com sua forma de fazer política, mas a manifestavam apenas reservadamente. Depois que o deputado federal Dr. Luizinho, presidente do PP no Rio, viu-se enfraquecido pelo escândalo dos transplantes infectados com HIV na rede estadual de Saúde — seu filão no governo —, Bacellar neutralizou a possibilidade de abrir uma CPI sobre o caso.

O PP só perde para o PL em número de prefeituras no Rio e é cobiçado por Paes para o ano que vem. Avançar sobre o grupo de partidos que dá sustentação ao governo Castro é fundamental para o prefeito não construir uma aliança limitada à centro-esquerda.

POLÍTICA

Entrevista: ‘Não adianta Lula fazer como Bolsonaro e ficar o tempo todo falando para uma bolha’, diz Hugo Motta

Novo presidente da Câmara afirma que governo tem ‘vacilado’ em tomar decisões necessárias na economia e detalha proposta ao Supremo Tribunal Federal para destravar emendas parlamentares.

Por Renata Agostini e Thiago Bronzatto 07/02/2025 03h30 Atualizado agora

O novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), avalia que o presidente Lula não pode ficar refém de ideologias e “o tempo todo falando para uma bolha que o faz errar”. Em entrevista, o parlamentar antecipa a proposta que pretende levar ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), para solucionar o impasse sobre as emendas que estão suspensas. Ele irá sugerir a aplicação das regras de transparência que valeriam a partir de 2025 ao que foi indicado pelos deputados e empenhado em 2024.

O senhor diz ser necessário unir direita e esquerda. Como isso será possível no debate da proposta de anistiar os condenados pelos atos golpistas de 8 de Janeiro?

É um tema que dificilmente teremos consenso. A pauta da anistia cria tensão com o STF e Executivo. Não podemos inaugurar o ano legislativo gerando mais instabilidade. Teremos de, em algum momento, em diálogo com o Senado, combinar como faremos com esse tema. Vamos sentindo o ambiente na Casa. Não faremos uma gestão omissa. Enfrentaremos os temas, mas com responsabilidade e sem tocar fogo no país.

Lideranças do PL garantem que o senhor se comprometeu a pautar o projeto de anistia. Esse acordo foi feito?

Fomos instados por ambos os lados. Na conversa que eu tive com o presidente Bolsonaro, em um determinado momento, ele falou: “Eu queria que, se houver o acordo no colégio de líderes e se houver o ambiente na Casa, você não prejudique a pauta da anistia”. Na reunião com o PT, falaram: “Olha, essa pauta da anistia não pode andar. É uma pauta ruim e é uma pauta que nós não concordamos”. A nossa eleição foi construída do ponto de vista de uma convergência. Vamos sentindo o ambiente na Casa para que, a partir daí, se decida.

Na Câmara, há deputados usando peruca, dando tapas e travando uma guerra de bonés. O que o senhor pretende fazer para manter o decoro?

A guerra dos bonés não produzirá soluções e é ruim para a Casa. Vai contra o ritual do exercício do mandato. Vamos prezar para que isso não volte a acontecer e cobrar certo código de postura dentro do plenário, porque não é o que a sociedade quer. Com a proximidade da eleição em 2026, a temperatura deve subir. O exercício da presidência é ainda mais desafiador.

O senhor se posicionou a favor de alterações na Lei da Ficha Limpa. Isso não seria um retrocesso num projeto aprovado pelo Congresso?

Não há dessa presidência compromisso ou desejo de se mudar a lei. Se essa matéria for trazida, por exemplo, pelo PL, do presidente Jair Bolsonaro, vamos levar ao colégio de

líderes. Agora, com eleição de dois em dois anos, não reconhecer que oito anos de inelegibilidade é muito tempo é não reconhecer a realidade democrática do país. Quatro eleições é uma eternidade.

O senhor defende que a transparência dos três Poderes “tem que ser total”. Por que até hoje não se tem acesso total às informações sobre a destinação das emendas parlamentares?

O Legislativo é o mais transparente de todos os Poderes. A questão das emendas tem sido desvirtuada. Sou do interior da Paraíba. Quanto mais recursos eu puder levar para lá, melhor para mim. Faço questão de divulgar. A transparência não pode ser relativa. Não podemos ter o Executivo com sigilo de 100 anos. Não vamos admitir que seja exigido apenas para nós, porque denota que estamos abaixo dos demais Poderes. Não estamos. O STF, grande bastião e defensor da democracia, não ficará contra o Judiciário ser mais transparente.

O senhor enviou R\$ 10 milhões para Patos, cidade da Paraíba onde seu pai foi reeleito como prefeito. Nem todo município na região recebeu esses recursos. Isso gera um desequilíbrio?

De forma alguma. Se quer indicar recursos ao Orçamento, tem de se filiar a um partido, se candidatar e se eleger. É prerrogativa parlamentar. Consegui R\$ 10 milhões para Patos porque foi a cidade que me deu as maiores votações, assim como levei recursos a outros municípios.

Qual será sua proposta ao STF para resolver o bloqueio das emendas?

Temos uma lei aprovada pelo Congresso, sancionada pelo Executivo e que foi dialogada com o Poder Judiciário. Penso que a solução seria trazer transparência para o que foi empenhado em 2024 em cima dessa nova lei, que valeria a partir de 2025. Tenho conversado com ministros do Supremo e sentido interesse em vencer essa pauta. Para o Executivo também é importante. A governabilidade está diretamente ligada ao Orçamento. É o que os deputados precisam para justificarem apoio a pautas difíceis de serem aprovadas. Essa tensão não interessa a ninguém.

Há uma série de iniciativas no Congresso para limitar o poder do STF como encurtar mandatos e limitar decisões individuais de ministros. O senhor concorda com elas?

É natural pelo nível de tensão que tivemos nos últimos anos, com decisões duras que incomodaram bastante os parlamentares. É muito ruim quando um Poder tenta emparedar ou acuar outro. O Legislativo jamais se ajoelhará ao Supremo. São medidas de reação a decisões que poderiam ter sido evitadas. Existem exageros. Será uma constante daqui para frente se essas decisões continuarem.

No caso do Marco Civil da Internet, o julgamento no STF ocorre diante da inação do Congresso. O senhor pretende pautar a regulação das redes?

Não é atribuição do STF legislar. Não estamos obrigados a legislar sobre qualquer tema no momento em que é trazido pela sociedade. A Casa pode entender que não é prioridade. É uma decisão política também. Acho até que temos de discutir, mas é um tema complexo na Casa.

O Senado aprovou a regulação da Inteligência Artificial. O senhor pretende dar sequência a esse projeto?

Antes de encerrar seu mandato, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, nos pediu para priorizar o tema. Diversos parlamentares também têm nos procurado. Queremos e vamos avançar nessa discussão. Vamos colocar na ordem do dia, porque é uma pauta mundial. É inegável a força que a Inteligência Artificial tem tido, inclusive mudando de forma significativa a vida das pessoas.

Das medidas prioritárias que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou ao Congresso, quais terão dificuldades para avançar?

Noto receio na Casa com aumento de carga tributária. Passamos dois anos ajudando com projetos que elevaram a arrecadação. Só que o problema não está apenas na arrecadação, mas na responsabilidade com os gastos públicos. É uma pauta que o governo tem dificuldade em avançar.

Se o objetivo é o ajuste fiscal, cabe aumentar a faixa de isenção do imposto de renda?

Quem não quer aprovar isenção para a grande maioria da população? É pauta fácil de ser votada. Mas qual será a consequência? Vai trazer mais estabilidade fiscal? As pessoas estão recebendo o salário mínimo, mas não conseguem encher o prato em casa. Temos um cenário de alta de alimentos, com moeda fraca, poder de compra da população sendo corroído. Temos de encarar de maneira responsável e não estar atrás de discurso populista, eleitoreiro. Já vimos esse filme antes e ele não acaba bem.

O presidente do PSD, Gilberto Kassab, disse que Haddad é um ministro fraco. O governo está errando na economia?

O ministro Haddad é uma grata surpresa no governo. A agenda que ele defende é positiva, mas muitas vezes ele fica vencido na decisão política tomada pelos ministros que estão no Palácio e, claro, pelo presidente da República. Isso não tem ajudado na condução da economia. Vamos procurar ajudar a agenda do ministro naquilo que concordamos.

O presidente do seu partido, Marcos Pereira, disse que o governo Lula está sem rumo e que a "tendência" é estar com a centro-direita em 2026. O senhor concorda com ele?

Vejo pontos positivos, como o Pé-de-Meia, o Minha Casa Minha Vida, os leilões. Agora, do ponto de vista econômico, o governo tem vacilado e deixado de tomar decisões necessárias. Isso tem trazido instabilidade. Não podemos, em um país complexo como o Brasil, ficar refém de posicionamentos ideológicos. Quem mais precisa quer resultado. O governo precisa entender isso. Não adianta Lula fazer o que Bolsonaro fez e ficar o tempo todo falando para uma bolha que o faz errar. Não tem governo que traga crescimento sem discutir responsabilidade com as contas públicas.